TIM S.A. e TIM S.A. e empresa controlada

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS em 30 de junho de 2021

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

30 de junho de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	1
Informações trimestrais auditadas	2
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Comentário de desempenho	14
Notas explicativas às informações trimestrais	42
Parecer do Conselho Fiscal	123
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	124
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	125

Classificado como Público

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
TIM S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting,* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Classificado como Público

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**06/2021**	**12/2020**	**06/2021**	**12/2020**
Ativo		43.857.937	41.654.417	43.857.785	41.654.417
Circulante		12.709.416	10.411.555	12.709.264	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.749.164	2.575.290	3.749.165	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	3.375.504	2.070.438	3.375.504	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	2.828.139	3.051.834	2.828.139	3.051.834
Estoques	7	225.723	246.602	225.723	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	406.992	374.015	406.992	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.244.609	1.421.112	1.244.609	1.421.112
Despesas antecipadas	11	338.783	149.796	338.783	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	37	202.511	262.666	202.511	262.666
Arrendamento mercantil	17	28.336	5.357	28.336	5.357
Outros valores a compensar	18	42.498	43.906	42.498	43.906
Outros ativos		267.157	210.539	267.004	210.539
Ativos Mantidos para Venda	16	2.172.500	-	2.172.500	-
Não Circulante		28.976.021	31.242.862	28.976.021	31.242.861
Realizável a longo prazo		4.091.382	4.115.088	4.091.382	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	6.996	7.061	6.996	7.061
Contas a receber de clientes	6	90.023	128.827	90.023	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	827.095	856.786	827.095	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	802.244	1.277.127	802.244	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	897.530	550.646	897.530	550.646
Depósitos judiciais	12	765.374	794.755	765.374	794.755
Despesas antecipadas	11	82.478	73.598	82.478	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	37	379.071	239.423	379.071	239.423
Arrendamento mercantil	17	210.341	156.841	210.341	156.841
Outros ativos		30.230	30.024	30.230	30.024
Investimento	13	-	1	-	-
Imobilizado	14	17.423.018	18.100.698	17.423.018	18.100.698
Intangível	15	7.461.621	9.027.075	7.461.621	9.027.075

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**06/2021**	**12/2020**	**06/2021**	**12/2020**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		43.857.937	41.654.417	43.857.785	41.654.417
Total do Passivo		20.083.478	18.471.672	20.083.326	18.471.672
Circulante		7.608.660	8.301.956	7.608.661	8.301.956
Fornecedores	19	2.589.997	3.128.732	2.589.997	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	21	1.445.736	1.689.385	1.445.736	1.689.385
Arrendamento mercantil	17	1.186.239	1.054.709	1.186.239	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	37	82.619	7.273	82.619	7.273
Obrigações trabalhistas		271.204	272.635	271.204	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	22	1.155.850	935.778	1.155.850	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	23	176.897	296.299	176.898	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26	354.142	538.576	354.142	538.576
Autorizações a pagar	20	131.053	102.507	131.053	102.507
Receitas diferidas	24	197.343	266.436	197.343	266.436
Outros passivos		17.580	9.626	17.580	9.626
Passivo relacionado a ativos mantidos para venda	16	402.331	-	402.331	-
Não Circulante		12.072.487	10.169.716	12.072.334	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	21	2.780.485	655.647	2.780.485	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	37	71.780	28.893	71.780	28.893
Arrendamento mercantil	17	7.238.010	7.324.126	7.238.010	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	22	3.151	3.102	3.151	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	23	14.937	212.444	14.937	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	25	953.946	886.947	953.946	886.947
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	38	7.346	7.346	7.346	7.346
Autorizações a pagar	20	213.997	232.940	213.997	232.940
Receitas diferidas	24	722.093	755.488	722.093	755.488
Outros passivos		66.742	62.783	66.589	62.783
Patrimônio Líquido	26	23.774.459	23.182.745	23.774.459	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		405.056	397.183	405.056	397.183
Reservas de lucros		9.317.356	9.317.356	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.848)	(4.848)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(20.102)	(4.837)	(20.102)	(4.837)
Lucro do período		599.106	-	599.106	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
	Notas	**2° Tri/21**	**06/2021**	**2° Tri/20**	**06/2020**
Receita líquida	28	4.407.000	8.746.763	3.987.106	8.202.414
Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	29	(2.096.087)	(4.188.914)	(1.867.102)	(3.828.550)
Lucro bruto		2.310.913	4.557.849	2.120.004	4.373.864
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	29	(1.131.907)	(2.295.373)	(1.005.566)	(2.214.607)
Gerais e administrativas	29	(421.860)	(842.329)	(397.101)	(826.788)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(77)	(154)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(93.766)	(164.202)	(82.410)	(174.862)
		(1.647.610)	(3.302.058)	(1.485.077)	(3.216.257)
Lucro operacional		663.303	1.255.791	634.927	1.157.607
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	31	377.964	654.895	181.423	544.121
Despesas financeiras	32	(414.245)	(916.412)	(449.344)	(1.063.340)
		(36.281)	(261.517)	(267.921)	(519.219)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		627.022	994.274	367.006	638.388
Imposto de renda e contribuição social	33	45.195	(45.168)	(99.518)	(198.157)
Lucro líquido do período		672.217	949.106	267.488	440.231
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Lucro básico por ação	34	0,28	0,39	0,11	0,18
Lucro diluído por ação	34	0,28	0,39	0,11	0,18

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado	
	Notas	**2° Tri/21**	**06/2021**
Receita líquida	28	4.407.000	8.746.763
Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	29	(2.096.087)	(4.188.914)
Lucro bruto		2.310.913	4.557.849
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	29	(1.131.907)	(2.295.373)
Gerais e administrativas	29	(421.872)	(842.353)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(93.831)	(164.332)
		(1.647.610)	(3.302.058)
Lucro operacional		663.303	1.255.791
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	31	377.964	654.895
Despesas financeiras	32	(414.245)	(916.412)
		(36.281)	(261.517)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		627.022	994.274
Imposto de renda e contribuição social	33	45.195	(45.168)
Lucro líquido do período		672.217	949.106
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)			
Lucro básico por ação	34	0,28	0,39
Lucro diluído por ação	34	0,28	0,39

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora			
	2° Tri/21	**06/2021**	**2° Tri/20**	**06/2020**
Lucro líquido do período	672.217	949.106	267.488	440.231
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	672.217	949.106	267.488	440.231

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	2° Tri/21	**06/2021**
Lucro líquido do período	672.217	949.106
Outros componentes do resultado abrangente		
Item que não será reclassificado para o resultado:		
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	-	-
Tributos diferidos	-	-
Total do resultado abrangente do período	672.217	949.106

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros						
	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva para expansão**	**Reserva de incentivo fiscal**	**Ações em tesouraria**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	949.106	949.106
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	949.106	949.106
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									-
Plano de incentivo a longo prazo (nota 26.b)	-	7.873	-	-			-	-	7.873
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-		(15.265)	-	-	(15.265)
Juros sobre capital próprio (nota 26)	-	-	-	-				(350.000)	(350.000)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	7.873	-	-	-	(15.265)	-	(350.000)	(357.392)
Saldos em 30 de junho de 2021	13.477.891	405.056	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(20.102)	(4.848)	599.106	23.774.459

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de junho de 2020

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Capital social	**Reserva de capital**	**Reserva legal**	**Reserva para expansão**	**Reserva de incentivo fiscal**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	(3.817)	-	22.058.807
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	440.231	440.231
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	440.231	440.231
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Plano de incentivo a longo prazo (nota 26.b)	-	2.210	-	-		-	-	2.210
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.210	-	-	-	-	-	2.210
Saldos em 30 de junho de 2020	13.476.172	38.364	952.486	5.985.793	1.612.019	(3.817)	440.231	22.501.248

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais.

Classificado como Público

TIM S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**06/2021**	**06/2020**	**06/2021**
Atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		994.274	638.388	994.274
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	29	2.851.823	2.757.973	2.851.823
Resultado de equivalência patrimonial	13	154	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		8.203	14.224	8.203
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		214	(140)	214
Provisão para processos judiciais e administrativos e judiciais	25	170.832	153.720	170.832
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		(49.356)	73.870	(49.356)
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		(32.651)	127.999	(32.651)
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	32	396.496	399.272	396.496
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	31	(11.448)	(750)	(11.448)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	29	284.090	347.455	284.090
Plano de incentivo a longo prazo	27	8.724	2.210	8.724
		4.621.355	4.514.221	4.621.201
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		(8.880)	(51.892)	(8.880)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar		641.069	385.336	641.069
Estoques		20.879	(463)	20.879
Despesas antecipadas		(197.867)	(21.968)	(197.867)
Depósitos judiciais		153.571	81.383	153.571
Outros ativos		(55.583)	(70.419)	(55.429)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		2.043	64.302	2.043
Fornecedores		(512.713)	(1.874.632)	(512.713)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(142.113)	196.057	(142.113)
Autorizações a pagar		(5.266)	(22.971)	(5.266)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	25	(178.666)	(194.962)	(178.666)
Receitas diferidas		(102.488)	(90.274)	(102.488)
Outros passivos		(46.432)	(87.527)	(46.432)
Caixa gerado pelas operações		**4.188.909**	**2.826.191**	**4.188.909**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.829)	(33.445)	(6.829)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**4.182.080**	**2.792.746**	**4.182.080**

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Nota	**06/2021**	**06/2020**	**06/2021**
Atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários		(1.305.001)	387.314	(1.305.001)
Adições ao imobilizado e intangível		(2.229.757)	(1.577.297)	(2.229.757)
Recebimento de arrendamento mercantil		2.648	2.367	2.648
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(3.532.110)**	**(1.187.616)**	**(3.532.110)**
Atividades de financiamentos				
Novos empréstimos		2.672.000	1.374.200	2.672.000
Amortização de empréstimos		(649.860)	(737.010)	(649.860)
Juros pagos – Empréstimos		(16.539)	(40.575)	(16.539)
Pagamento de arrendamento mercantil		(555.909)	(528.581)	(555.909)
Juros pagos – Arrendamento mercantil		(406.492)	(330.593)	(406.492)
Instrumentos financeiros derivativos		31.257	16.661	31.257
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		(16.119)	-	(16.119)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(534.434)	(597.550)	(534.434)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		**523.904**	**(843.448)**	**523.904**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**1.173.874**	**761.682**	**1.173.874**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**2.575.290**	**2.284.048**	**2.575.291**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**3.749.164**	**3.045.730**	**3.749.165**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	06/2021	**06/2020**	**06/2021**
Receitas			
Receita operacional bruta	12.289.742	11.749.971	12.289.742
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(284.090)	(347.455)	(284.090)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(1.206.709)	(1.265.720)	(1.206.709)
	10.798.943	10.136.796	10.798.943
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.318.025)	(1.173.920)	(1.318.025)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.559.333)	(1.401.446)	(1.559.487)
	(2.877.358)	(2.575.366)	(2.877.512)
Retenções			
Depreciação e amortização	(2.851.823)	(2.757.973)	(2.851.823)
Valor adicionado líquido produzido	5.069.762	4.803.457	5.069.608
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(154)	-	-
Receitas financeiras	654.895	544.121	654.895
	654.741	544.121	654.895
Valor adicionado total a distribuir	5.724.503	5.347.578	5.724.503
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	280.682	252.756	280.682
Benefícios	96.203	100.344	96.203
F.G.T.S	31.324	28.810	31.324
Outros	33.469	15.658	33.469
	441.678	397.568	441.678
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	1.008.570	1.143.172	1.008.570
Estaduais	1.891.710	1.834.955	1.891.710
Municipais	64.487	60.221	64.487
	2.964.767	3.038.348	2.964.767
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	915.217	1.062.443	915.217
Aluguéis	448.669	406.916	448.669
	1.363.886	1.469.359	1.363.886
Outros			
Investimento social	5.066	2.072	5.066
	5.066	2.072	5.066
Remuneração de Capital Próprio			
Dividendos e JCP	350.000	-	350.000
Lucros retidos	599.106	440.231	599.106
	949.106	440.231	949.106

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Classificado como Público

DESTAQUES DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021 (Com os efeitos de IFRS 9, 15 e 16)

Resiliência Operacional e Rápida Recuperação da Dinâmica Comercial

- **ARPU móvel mantendo significativo crescimento de 10,3% A/A,** alcançando R$ 25,8;
- **ARPU do pré-pago com crescimento de 11,2% A/A**, atingindo R$ 12,7, e **ARPU do pós-pago humano (ex-M2M) registrando aumento de 5,6% A/A**, alcançando R$ 45,8;
- **A base de clientes de UBL da TIM Live cresceu 10,0% A/A,** totalizando 666 mil conexões;
- **ARPU da TIM Live com crescimento robusto de 8,2% A/A,** atingindo R$ 90,8.

Evolução contínua da infraestrutura, proporcionando a melhor experiência para o cliente

- **Liderança em cobertura 4G, atingindo 4.277 mil cidades**, com destaque também para evolução sob a frequência de 700MHz que passou a cobrir 3.608 cidades;
- **Disponibilidade da tecnologia VoLTE, presente em 4.262 mil cidades**, melhorando a experiência de voz dos usuários;
- **Expansão da cobertura 4.5G para 1.493 cidades** no 2T21;
- **Aceleração da expansão do FTTH com 3,8 milhões de *homes passed*** e presença em 28 municípios mais 7 regiões administrativas do Distrito Federal ao final de junho.

Aceleração do crescimento da Receita e do EBITDA mantendo a trajetória de recuperação

- **A Receita Líquida Total acelerou o crescimento para 10,5% A/A, com a Receita de Serviços Total expandindo em 8,7% A/A** no segundo trimestre de 2021;
- **Receita de Serviços Móvel continuou evoluindo para atingir um crescimento de 8,5% A/A,** auxiliada por melhorias nos desempenhos do **pós-pago (+8,9% A/A)** e **pré-pago (5,3% A/A)**;
- **Receita de Plataforma de Clientes somou R$ 29 milhões** no 2T21;
- **Receita da TIM Live manteve sólido ritmo de crescimento, subindo 21,0% A/A** no 2T21;
- **A Receita de Produtos retomou sua trajetória de recuperação, com expansão de 130,5% A/A** no trimestre;
- **EBITDA Normalizado* atingiu R$ 2,1 bilhões, crescendo 5,9% A/A** no 2T21, com **Margem EBITDA Normalizada* de 47,7%,** refletindo principalmente a melhora da receita;
- **Lucro Líquido normalizado avançou 154,7% A/A**, somando R$ 681 milhões no segundo trimestre de 2021;
- **Os investimentos totalizaram R$ 906 milhões** com a retomada de projetos repriorizados em 2020 e a preparação para recebimento dos ativos da Oi Móvel.

	DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
Operacional	**Base Móvel de Clientes ('000)**	**51.341**	**52.031**	**-1,3%**	**51.728**	**-0,7%**	**51.341**	**52.031**	**-1,3%**
	Pré-pago	29.185	30.713	-5,0%	29.509	-1,1%	29.185	30.713	-5,0%
	Pós-pago	22.156	21.318	3,9%	22.219	-0,3%	22.156	21.318	3,9%
	Pós-Pago Humano	18.150	17.457	4,0%	18.279	-0,7%	18.150	17.457	4,0%
	Base de Usuários 4G ('000)	44.357	39.275	12,9%	43.971	0,9%	44.357	39.275	12,9%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	**666**	**606**	**10,0%**	**662**	**0,7%**	**666**	**606**	**10,0%**
Financeiro (R$ milhões)	**Receita Líquida**	**4.407**	**3.987**	**10,5%**	**4.340**	**1,5%**	**8.747**	**8.202**	**6,6%**
	Receita de Serviços	4.266	3.926	8,7%	4.228	0,9%	8.495	8.017	6,0%
	Serviço Móvel	3.983	3.671	8,5%	3.947	0,9%	7.930	7.512	5,6%
	Serviço Fixo	283	255	11,1%	281	0,7%	564	506	11,6%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.306)	(2.003)	15,1%	(2.319)	-0,6%	(4.625)	(4.284)	8,0%
	EBITDA Normalizado*	**2.101**	**1.984**	**5,9%**	**2.020**	**4,0%**	**4.121**	**3.918**	**5,2%**
	Margem EBITDA Normalizada*	**47,7%**	**49,8%**	**-2,1p.p.**	**46,6%**	**1,1p.p.**	**47,1%**	**47,8%**	**-0,6p.p.**
	Lucro Líquido Normalizado*	681	267	154,7%	277	146,0%	958	443	116,4%
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	906	673	34,5%	1.324	-31,6%	2.230	1.577	41,4%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por crédito fiscal (-R$ 4,6 milhões no 2T21).

Classificado como Público

DESEMPENHO FINANCEIRO (Com os efeitos de IFRS 9, 15 e 16)

RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
R$ milhões								
Receita Líquida	**4.407**	**3.987**	**10,5%**	**4.340**	**1,5%**	**8.747**	**8.202**	**6,6%**
Receita de Serviços	**4.266**	**3.926**	**8,7%**	**4.228**	**0,9%**	**8.495**	**8.017**	**6,0%**
Serviço Móvel	**3.983**	**3.671**	**8,5%**	**3.947**	**0,9%**	**7.930**	**7.512**	**5,6%**
Gerada pelo Cliente	3.623	3.360	7,8%	3.600	0,6%	7.222	6.913	4,5%
Interconexão	131	139	-5,8%	136	-3,8%	266	250	6,6%
Plataforma de Clientes*	29	-	n.a.	17	64,9%	46	-	n.a.
Outras Receitas	201	172	16,8%	194	3,7%	395	348	13,4%
Serviço Fixo	**283**	**255**	**11,1%**	**281**	**0,7%**	**564**	**506**	**11,6%**
dos quais TIM Live	179	148	21,0%	174	3,1%	353	292	20,7%
Receita de Produtos	**141**	**61**	**130,5%**	**112**	**26,2%**	**252**	**185**	**36,3%**

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Publicidade Móvel.

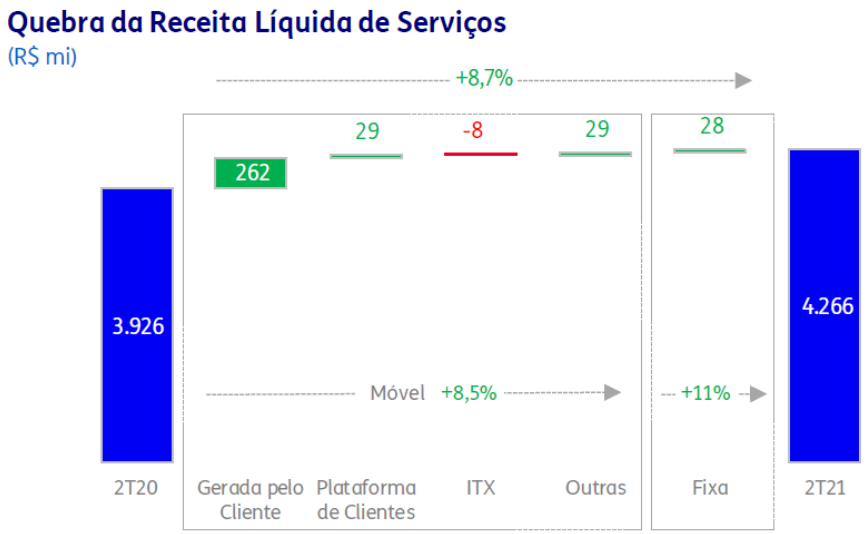
No 2T21, a Receita Líquida totalizou R$ 4.407 milhões, representando um crescimento de 10,5% A/A, acelerando o ritmo de expansão se comparado ao primeiro trimestre de 2021 (+3,0% A/A) e mantendo a trajetória de recuperação observada desde o 3T20. Esse cenário é justificado por melhorias operacionais e pelo avanço da recuperação econômica do país, mesmo após a 2ª onda de contaminação entre os meses de março e abril, e é confirmado por um crescimento de 1,5% versus 1T21. Também contribuiu para um crescimento mais forte uma base comparativa menor, uma vez que os principias impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram durante o 2T20, ainda na 1ª onda.

No 6M21, a Receita Líquida somou R$ 8.747, evolução de 6,6%, impulsionada pela melhora nas Receitas de Serviços e de Produtos.

A Receita Líquida de Serviços expandiu 8,7% A/A no segundo trimestre, novamente acelerando o seu crescimento versus trimestres anteriores. Os principais componentes de serviços contribuíram positivamente para essa aceleração.

Por sua vez, a **Receita Líquida de Produtos registrou aumento de 130,5% A/A no 2T21**, mesmo com muitos pontos de venda ainda enfrentando restrições ao seu funcionamento normal ao longo do trimestre – cerca de 30% das lojas próprias e revendas ainda foram impactadas por

Classificado como Público



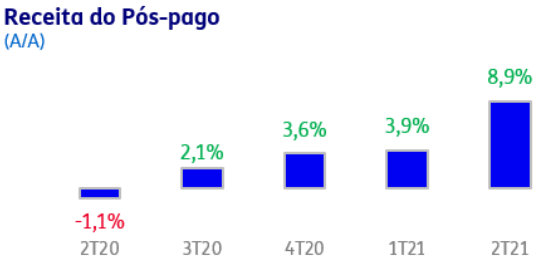
Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

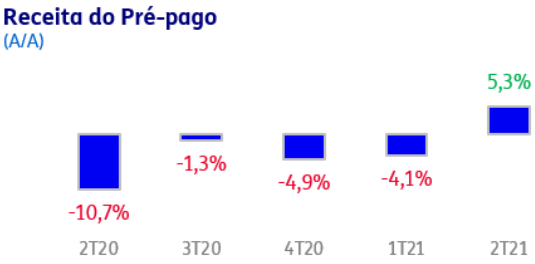
A Receita do Serviço Móvel (RSM) totalizou R$ 3.983 milhões, registrando um crescimento de 8,5% comparado com o mesmo período do ano passado e de 0,9% versus o 1T21. A aceleração é explicada por melhorias nos desempenhos tanto do pré-pago quanto do pós-pago e também por uma base comparativa A/A mais favorável. No acumulado de 2021, a RSM apresentou aumento de 5,6% A/A.

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no segundo trimestre:

(i) O segmento pré-pago, mantém a trajetória de recuperação gradual observada desde o início do segundo semestre de 2020. Esse crescimento tem como motores: (i) aumento do número de recarregadores, 4,0% A/A, (ii) aumento do ARPU, 11,2% A/A e (iii) redução do *churn*, 0,9 pp A/A. Assim, **a Receita do Pré-Pago subiu 5,3% A/A**, registrando resultado positivo frente a queda ocorrida no 1T21 (-4,1% A/A).

(ii) No segmento pós-pago mantemos o foco na abordagem de valor com ênfase na gestão do *churn*, de portfólio de oferta e do ARPU. Em maio, tivemos reajuste parcial de preços dos planos Controle que contribuíram de forma positiva para essa linha. **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 8,9% A/A no trimestre**, aumentando o ritmo de crescimento se comparada ao avanço registrado no 1T21 (+3,9% A/A).

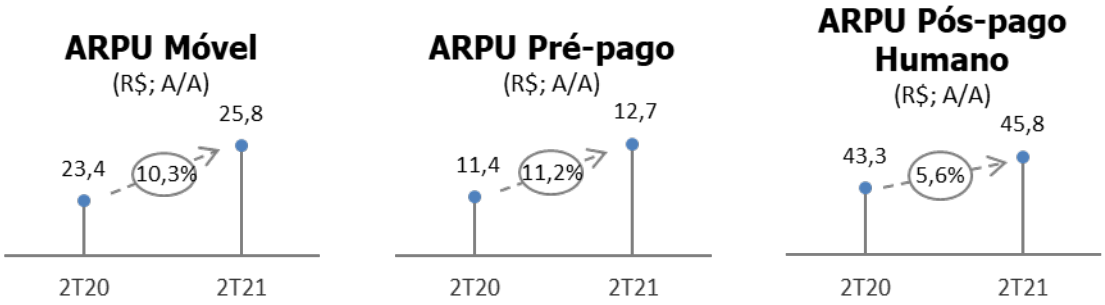




Classificado como Público

O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) continua sendo o motor de crescimento da RSM. **O indicador consolidado do móvel registrou crescimento de 10,3% A/A e atingiu R$ 25,8**, refletindo o êxito da TIM no processo contínuo de monetizar sua base de clientes através das migrações para planos de maior valor tanto no pré-pago quanto no pós-pago.

Da mesma forma, o ARPU dos segmentos, que exclui a linha de Outras Receitas Móveis e da Plataforma de Clientes, também apresentou evolução consistente, com **alta de 11,2% A/A no pré-pago** e **expansão de 5,6% A/A no pós-pago humano (ex-M2M)**, corroborando com a estratégia de Volume para Valor adotada pela Companhia.



A Receita de Interconexão (ITX) registrou queda de 5,8% A/A no 2T21, refletindo um menor tráfego entrante no período. Além disso essa linha foi afetada também pela base comparativa, uma vez que no 2T20 o tráfego apresentou forte crescimento ocasionado pelas restrições sociais causadas pela pandemia. **A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,6% no trimestre**. No 6M21, essa linha apresentou aumento de 6,6% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A **Receita de Plataforma de Clientes totalizou R$ 29 milhões no 2T21**, sendo **R$ 20 milhões gerados por Serviços Financeiros**, e **R$ 9 milhões oriundos de Publicidade Móvel**. No acumulado do ano, a Receita de Plataforma de Clientes somou R$ 46 milhões, com R$ 30 milhões vindos de Serviços Financeiros e R$ 16 milhões de Publicidade Móvel.

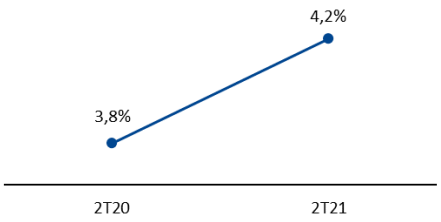
A linha de Outras Receitas registrou um incremento de 16,8% A/A no 2T21, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e *swap* de rede, em linha com a estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex). No 6M21, essa linha teve crescimento de 13,4% A/A.

Classificado como Público

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

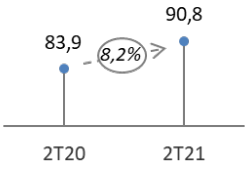
A Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 283 milhões neste trimestre, um aumento de 11,1% quando comparada ao 2T20. A TIM Live continua sendo o principal elemento para essa performance que avançou **21,0% A/A no 2T21) representando aproximadamente** 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo, por sua vez, recuaram 2,6% A/A.

Participação Live na Receita de Serviços



No 6M21, a Receita do Serviço Fixo totalizou R$ 564 milhões, alta de 11,6% A/A. Já as receitas vindas da TIM Live registraram crescimento de 20,7% A/A, acompanhando a evolução da cobertura da ultra banda-larga, que ao final do período, atingiu 28 municípios mais 7 regiões administrativas do Distrito Federal.

ARPU TIM Live
(R$; A/A)



O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) da TIM Live cresceu 8,2% A/A no trimestre. O desempenho é explicado pela penetração de ofertas de FTTH de maior valor com velocidades maiores (conexões acima de 100 Mbps representam mais de 50% da base de clientes) e do reajuste de preços realizado a partir de julho/20 em parte dos planos.

Classificado como Público

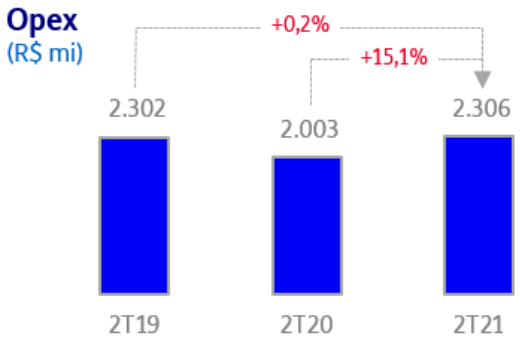
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
R$ milhões								
Custos Reportados da Operação	**(2.320)**	**(2.003)**	**15,8%**	**(2.319)**	**0,0%**	**(4.639)**	**(4.287)**	**8,2%**
Custos Normalizados* da Operação	**(2.306)**	**(2.003)**	**15,1%**	**(2.319)**	**-0,6%**	**(4.625)**	**(4.284)**	**8,0%**
Pessoal	(260)	(237)	9,9%	(277)	-6,1%	(538)	(494)	8,9%
Comercialização	(749)	(640)	16,9%	(815)	-8,1%	(1.564)	(1.442)	8,4%
Rede e Interconexão	(685)	(671)	2,1%	(720)	-4,9%	(1.405)	(1.298)	8,2%
Gerais e Administrativos	(174)	(131)	32,5%	(167)	3,8%	(341)	(289)	18,0%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(183)	(82)	123,1%	(146)	25,9%	(329)	(241)	36,5%
Provisão para Devedores Duvidosos	(161)	(159)	1,1%	(123)	30,0%	(284)	(347)	-18,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(94)	(82)	13,8%	(70)	33,1%	(164)	(172)	-4,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	**(2.123)**	**(1.921)**	**10,5%**	**(2.174)**	**-2,4%**	**(4.296)**	**(4.043)**	**6,3%**

*Custos da Operação normalizados por serviços jurídicos e administrativos especializados (+R$ 13,7 milhões no 2T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados totalizaram R$ 2.320 milhões no 2T21 (+15,8% A/A). Neste trimestre, essa linha foi impactada por despesas não recorrentes – no valor de R$ 13,7 milhões, referente a serviços jurídicos e administrativos especializados associados aos projetos de aquisição/reestruturação dos ativos da Oi e FiberCo. O comparativo é afetado modestamente por efeitos não recorrentes contabilizados no 1T20 – no valor de R$ 2,6 milhões – relacionados aos ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres.

No 2T21, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R$ 2.306 milhões, +15,1% A/A. Esta performance reflete o retorno de custos variáveis e fixos associados à retomada mais intensa das atividades comerciais, principalmente nas linhas de Comercialização e Custo de Mercadorias Vendidas, sobretudo considerando a base de comparação, já que o 2T20 foi o trimestre mais impactado pela redução da atividade econômica em meio a pandemia. **No comparativo T/T, os Custos e Despesas Normalizados tiveram queda de 0,6%.**



Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

Custos com Pessoal apresentaram alta de 9,9% A/A no 2T21. Tal performance foi influenciada, principalmente, pela retomada das despesas com o pessoal comercial frente a reabertura dos canais de venda. Na comparação com o 1T21 o custo com pessoal apresentou queda de 6,1%, explicada pela diminuição dos gastos relacionados a contingências trabalhistas de natureza previdenciária. No 6M21, a linha acumula alta de

Classificado como Público

8,9% A/A, também impactada pela retomada das despesas com o pessoal comercial e efeitos orgânicos, como inflação sobre salários e benefícios.

A linha de Comercialização e Publicidade teve alta de 16,9% A/A no 2T21, impactada principalmente pela atividade comercial mais intensa comparada ao mesmo período de 2020. As linhas de custo que levaram a esse aumento foram: (i) despesas com propaganda e publicidade, explicada pelo lançamento das campanhas de dia das mães, novas campanhas do pré-pago e do Comitê Olímpico Brasileiro; e (ii) comissões sobre venda. O custo com comercialização e publicidade, apresentou, ainda, redução de 8,1% T/T, explicado pela (i) menor despesas com propaganda e publicidade na comparação do o 1T21; e (ii) queda das despesas com Fistel. Nos 6M21, a linha acumula alta de 8,4% A/A, impactada, principalmente, por maiores despesas com propaganda e publicidade.

O grupo de Rede e Interconexão apresentou alta de 2,1% A/A no 2T21, influenciado pela elevação nos custos com contratos de compartilhamento de infraestrutura e manutenção, compensados pela redução de custos no grupo de interconexão que, apesar do aumento na tarifa de terminação móvel (VU-M), registrou um menor tráfego. Nos 6M21, o grupo Rede e Interconexão acumula alta de 8,2%, em decorrência de maiores custos com contratos de compartilhamento de infraestrutura e pelo aumento na tarifa de terminação móvel (VU-M) em fevereiro de 2021.

Despesas Gerais e Administrativas[1] (G&A) Normalizadas subiram 32,5% A/A no trimestre. Esta alta é explicada, principalmente, por: maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a Cloud, e por serviços especializados com consultorias para projetos estratégicos. Comparada ao 1T21, a linha de G&A apresentou aumento de 3,8% em decorrência do aumento de serviços especializados conforme anteriormente citado.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) totalizou R$ 183 milhões no 2T21 (+123,1% A/A), acompanhando o aumento da Receita de Produtos, ocasionada pelo maior volume de aparelhos vendidos, sendo beneficiada também pela fraca base de comparação registrada no 2T20. Na comparação T/T, essa linha apresentou aumento de 25,9% pelos mesmos motivos citados acima.

No 2T21, as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) apresentaram ligeiro aumento de 1,1% A/A. No trimestre, a PDD foi impactada principalmente por reconhecimento da PDD com um cliente de *wholesale*. **Em valor absoluto, a PDD totalizou R$ 161 milhões e representou 2,60% da Receita Bruta da TIM.**

[1] A linha de Despesas Gerais e Administrativos teve um impacto não-recorrente positivo (+R$ 13,7 milhões) no 2T21 referente a serviços jurídicos e administrativos especializados.

Classificado como Público

Outras Despesas Operacionais registraram aumento de 13,8% A/A no 2T21, explicada por maiores despesas relacionadas a contingências de natureza trabalhista e maior provisionamento para processos tributários. A participação desta linha sobre o Opex total normalizado ficou em 4,1% no 2T21 (frente a 4,1% no 2T20).

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R$ 58,0 por adição bruta no 2T21, um incremento de 63,5% A/A, impactados por maiores custos de comercialização e publicidade.

2,2
Meses de *payback*

A relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) teve queda A/A, atingindo 2,2 meses, frente a 1,5 meses do 2T20.

Classificado como Público

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
R$ milhões								
EBITDA Normalizado*	**2.101**	**1.984**	**5,9%**	**2.020**	**4,0%**	**4.121**	**3.918**	**5,2%**
Margem EBITDA Normalizada*	47,7%	49,8%	-2,1p.p.	46,6%	1,1p.p.	47,1%	47,8%	-0,6p.p.
Depreciação & Amortização	**(1.424)**	**(1.349)**	**5,5%**	**(1.428)**	**-0,3%**	**(2.852)**	**(2.758)**	**3,4%**
Depreciação	(989)	(881)	12,2%	(980)	0,9%	(1.969)	(1.816)	8,4%
Amortização	(435)	(468)	-7,0%	(448)	-2,8%	(883)	(942)	-6,2%
EBIT Normalizado*	**677**	**635**	**6,6%**	**592**	**14,3%**	**1.269**	**1.160**	**9,4%**
Margem EBIT Normalizada*	15,4%	15,9%	-0,6p.p.	13,7%	1,7p.p.	14,5%	14,1%	0,4p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado	**(36)**	**(268)**	**-86,5%**	**(225)**	**-83,9%**	**(262)**	**(519)**	**-49,6%**
Despesas financeiras	(392)	(319)	22,8%	(293)	34,0%	(685)	(639)	7,1%
Receitas financeiras	360	56	543,6%	67	439,6%	426	117	263,6%
Variações cambiais, líquidas	(4)	(4)	-12,2%	1	n.a.	(3)	3	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	**641**	**367**	**74,6%**	**367**	**74,5%**	**1.008**	**641**	**55,7%**
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	41	(100)	n.a.	(90)	n.a.	(50)	(198)	-74,9%
Lucro Líquido Normalizado*	**681**	**267**	**154,7%**	**277**	**146,0%**	**958**	**443**	**116,4%**
Total de Itens Normalizados	(9)	-	n.a.	-	n.a.	(9)	(3)	248,5%
EBITDA Reportado	**2.087**	**1.984**	**5,2%**	**2.020**	**3,3%**	**4.108**	**3.916**	**4,9%**
Margem EBITDA Reportada	47,4%	49,8%	-2,4p.p.	46,6%	0,8p.p.	47,0%	47,7%	-0,8p.p.
EBIT	**663**	**635**	**4,5%**	**592**	**12,0%**	**1.256**	**1.158**	**8,5%**
Margem EBIT	15,1%	15,9%	-0,9p.p.	13,7%	1,4p.p.	14,4%	14,1%	0,2p.p.
Resultado Financeiro Líquido	**(36)**	**(268)**	**-86,5%**	**(225)**	**-83,9%**	**(262)**	**(519)**	**-49,6%**
Lucro antes dos impostos	**627**	**367**	**70,8%**	**367**	**70,7%**	**994**	**638**	**55,7%**
Imposto de renda e cont. social	45	(100)	n.a.	(90)	n.a.	(45)	(198)	-77,2%
Lucro Líquido	**672**	**267**	**151,3%**	**277**	**142,8%**	**949**	**440**	**115,6%**

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por crédito fiscal (-R$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA[2] (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado[2] do 2T21 totalizou R$ 2.101 milhões, registrando um aumento de 5,9% A/A. As principais alavancas para este desempenho foram: (i) o sólido crescimento da Receita de Serviços Móveis, com contribuições positivas tanto no Pré-Pago quanto no Pós-Pago; e (ii) a manutenção do crescimento da Receita de Serviços Fixos, refletindo o desempenho consistente da TIM Live.

Com o resultado do 2T21, a TIM registra 20 trimestres com crescimento positivo de EBITDA, demonstrando a consistência de sua estratégia e o compromisso com a rentabilidade do negócio.

A Margem EBITDA Normalizada[2] atingiu 47,7%, o que se traduz em uma retração de 2,1 p.p. em comparação com o 2T20. Esta performance foi influenciada pelo atual momento de reabertura da economia, no qual os custos fixos e variáveis da operação foram, em sua maioria, retomados com a retomada gradual das atividades comerciais ao longo do trimestre, após novas medidas de isolamento social aplicadas em algumas regiões do país.

No 6M21, o EBITDA Normalizado cresceu 5,2% A/A e a Margem EBITDA Normalizada alcançou 47,1% (-0,6 p.p.), em função, principalmente, dos motivos explicados acima.

[2] EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e Despesas Operacionais.

Classificado como Público

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 2T21, D&A registrou uma alta de 5,5% A/A, explicada pelo aumento da Depreciação de equipamentos de transmissão 4G e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de *leasing*, ainda que compensada por um menor montante de Amortização de softwares. No 6M21, D&A apresentou crescimento de 3,4% A/A, explicado pelas mesmas razões que influenciaram o 2T21.

O EBIT Normalizado[3] do 2T21 subiu 6,6% A/A, refletindo o maior crescimento do EBITDA, em parte afetado pelo aumento do D&A. A Margem EBIT Normalizada fechou o trimestre em 15,4%, representando queda de 0,6 p.p. contra o 2T20. No acumulado do ano, o EBIT Normalizado apresentou alta de 9,4% A/A e a Margem EBIT Normalizada atingiu 14,5%, um crescimento de 0,4 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido do 2T21 foi negativo em R$ 36 milhões, o que representa uma melhora de R$ 232 milhões quando comparado ao 2T20. Esta diferença é majoritariamente explicada por:

(i) Maior receita financeira advinda de: (1) impacto positivo relacionado a contabilização com marcação a mercado do 2° *vesting* atingido pela TIM, que dá direito a participação no capital social do Banco C6; e (2) impacto positivo oriundo de atualização monetária referente a reversão da despesa financeira contabilizada ao longo do tempo devido a provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação das empresas operacionais do Grupo à época, TIM Nordeste pela TIM Celular (Nota Explicativa 33 no ITR);

(ii) Apesar de uma maior despesa financeira com: (1) maior volume de juros sobre impostos relacionados ao não pagamento do TFF; e (2) maiores perdas com juros de *hedge* passivos.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 2T21, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Reportados totalizaram um montante de R$ 45 milhões frente a -R$ 100 milhões do 2T20, melhora gerada, principalmente, por uma base comparativa beneficiada pela declaração de JSCP no 2T21 e pelo impacto positivo da reversão de provisão de IR/CSLL constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação das empresas operacionais TIM Nordeste pela TIM Celular, mencionados anteriormente. Na visão Normalizada, o IR/CSLL totalizou R$ 41 milhões em comparação ao -R$ 100 milhões registrados no mesmo período do ano passado, variação explicada pelos mesmos motivos apresentados acima.

[3] EBIT normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e Despesas Operacionais.

Classificado como Público

No 2T21, a alíquota efetiva ficou em 6,3% vs. -27,1% no 2T20 (na visão Normalizada). No 6M21, a alíquota efetiva foi de -4,9% vs. -30,9% do 6M20 na visão normalizada, explicada pelos mesmos motivos do 2T21, além da maior utilização de benefícios fiscais no 6M21.

LUCRO LÍQUIDO[4]

No 2T21, **o Lucro Líquido Normalizado[4] apresentou alta de 154,7% frente ao 2T20, totalizando R$ 681 milhões**. O Lucro por Ação (LPA) Normalizado do trimestre foi de R$ 0,28 ante os R$ 0,11 do 2T20. No 6M21, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R$ 958 milhões, apresentando alta de 116,4% A/A.

[4] Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Custos e Despesas Operacionais.

Classificado como Público

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	% T/T	6M21	6M20	% A/A
R$ milhões								
EBITDA Normalizado*	2.101	1.984	5,9%	2.020	4,0%	4.121	3.918	5,2%
Capex	(906)	(673)	34,5%	(1.324)	-31,6%	(2.230)	(1.577)	41,4%
EBITDA - Capex	**1.195**	**1.311**	**-8,8%**	**696**	**71,7%**	**1.892**	**2.341**	**-19,2%**
Δ Capital de Giro	**40**	**279**	**-85,5%**	**(74)**	**n.a.**	**(34)**	**(1.146)**	**-97,1%**
Itens operacionais não recorrentes	(14)	-	n.a.	-	n.a.	(14)	(3)	428,1%
Fluxo de Caixa Operacional	**1.222**	**1.589**	**-23,1%**	**622**	**96,5%**	**1.844**	**1.192**	**54,8%**

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R$ 13,7 milhões no 2T21 e +R$ 2,6 milhões no 1T20).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) do 2T21 foi positivo em R$ 1.222 milhões, uma queda de R$ 367 milhões em relação ao valor de R$ 1.589 milhões registrado no 2T20. Este resultado reflete um aumento do Capex. Vale ressaltar também o impacto positivo no 2T20 gerado pela postergação do pagamento da parcela do Fistel referente ao Condecine – que também contribuiu para a queda do FCOL no comparativo anual.

No 2T21, o EBITDA-Capex ficou em R$ 1.195 milhões, uma queda de 8,8% A/A, levando o EBITDA-Capex sobre a Receita Líquida para 27,1% (versus 32,9% no 2T20).

Fazendo um exercício para excluir os efeitos dos arrendamentos desses indicadores, o EBITDA do 2T21 foi recalculado considerando o impacto dos contratos de *leasing* sobre as despesas operacionais. Assim, o EBITDA-AL (*After Lease*) do trimestre ficaria em R$ 1.615 milhões (+3,5% A/A) e o EBITDA-AL menos Capex somaria R$ 709 milhões (-20,0% A/A).

CAPEX

O Capex totalizou R$ 906 milhões no 2T21, um crescimento de 34,5% comparado ao 2T20, explicado principalmente pela base comparativa que foi impactada pela reavaliação dos projetos com o isolamento social. Além disso, a empresa segue avançando na preparação da infraestrutura para integração dos ativos móveis da Oi.

Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (88% do total), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHZ, rede de transporte e expansão do FTTH (que recebeu aproximadamente 15,7% do total dos investimentos realizados no 2T21).

VARIAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

A Variação do Capital de Giro foi positiva em R$ 40 milhões, comparado a um resultado positivo de R$ 279 milhões no 2T20, explicada principalmente pelo pagamento do Condecine 2021 no mês de abril.

Classificado como Público

Além disso, é válido lembrar que, em relação às taxas de fiscalização relativas ao Fistel, no 1T20, houve a postergação de seu pagamento (cerca de R$ 790 milhões) – que usualmente ocorre no mês de março – para o dia 31 de agosto de 2020. No 3T20, houve o pagamento parcial das taxas, cerca de R$ 300 milhões, referentes ao Condecine e CFRP, impactando negativamente a Variação do Capital de Giro no Fluxo de Caixa daquele trimestre. Nos 6M21, houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$ 300 milhões referentes à CFRP e Condecine. O valor remanescente de R$ 480 milhões, relativo ao Fistel (TFF) de 2021, segue em suspenso sem data definida para pagamento (Nota Explicativa 22 no ITR).

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta do 2T21 ficou em R$ 12.307 milhões, um crescimento de R$ 1.950 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R$ 8.186 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R$ 4.226 milhões e (iii) a posição de derivativos[5] de *hedge* no valor de R$ 104 milhões (reduzindo a dívida bruta).

Ao fim do 2T21, o montante de financiamentos (pós-*hedge*) totalizou R$ 4.122 milhões, sendo compostos por contratos com bancos privados estrangeiros e totalmente protegidos por *hedge* para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* foi de 4,3% a.a. no trimestre,** uma elevação quando comparado ao custo de 3,4% a.a. do 2T20.

Em março de 2021, o Conselho de Administração da TIM aprovou o plano de financiamento da Companhia. A estratégia financeira aprovada consiste na contratação de empréstimos externos em moeda nacional ou estrangeira – com cobertura cambial – no montante de até R$ 4 bilhões, pelo prazo de até 4 anos. Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos com bancos estrangeiros, no valor total de R$ 1,072 bilhão.

No mês de abril, a Companhia recebeu autorização do Ministério das Comunicações para emissão de até R$ 5,75 bilhões em debêntures incentivadas, a maior aprovação já realizada pelo Governo no escopo do programa. O aporte poderá ser utilizado para o financiamento do projeto de infraestrutura da TIM, que abrange a evolução da rede fixa e móvel, incluindo 5G, e a virtualização da rede de telecomunicações, com objetivo de incremento da qualidade e da disponibilidade dos serviços oferecidos.

Como parte do projeto acima, em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debentures no montante total de R$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Essa é a primeira oferta de debentures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente e corroborando com os objetivos do Plano Estratégico da Companhia. O custo da dívida é de IPCA +4,1682% a.a., sujeito à reajustes contratuais (*step-down*) que podem alcançar uma redução de 0,25% a.a. caso as metas ESG sejam cumpridas. No mesmo momento, a Companhia também contratou um *swap* para proteção integral dos riscos de taxas de juros, cujo a taxa final foi de CDI+0,95%. Os recursos líquidos resultantes dessa emissão serão destinados ao financiamento de projetos de implantação, ampliação e

[5] A posição de derivativos exclui o bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa número 37 do ITR da TIM S.A.

Classificado como Público

modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, com intuito de a TIM se diferenciar em qualidade e disponibilidade de serviços.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R$ 7.125 milhões, registrando crescimento de R$ 3.824 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 3,9% a.a., no 2T21, apresentando um crescimento frente ao valor de 2,9% a.a. do 2T20, refletindo uma melhor alocação dos recursos e os últimos aumentos observados da taxa Selic.

No 2T21, a Dívida Líquida totalizou R$ 5.183 milhões, redução de R$ 1.874 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R$ 7.057 milhões. Esta queda é explicada por uma geração de caixa mais forte durante o primeiro semestre de 2021. A Dívida Líquida excluindo os efeitos dos arrendamentos, Dívida Líquida-AL, somaria -R$ 3.003 milhões, ou seja, "caixa líquido" com uma melhora de R$ 2.383 milhões versus o mesmo período do ano passado.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,60x no trimestre. Desconsiderando os *leasings* financeiros, a relação Dívida Líquida-AL/EBITDA-AL ficou em -0,44x no 2T21, comparada aos -0,09x do 2T20.

Classificado como Público

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

PARCERIA ENTRE TIM E COGNA

No dia 7 de julho, a TIM S.A. informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica ("Parceria") com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

Classificado como Público

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	**51.341**	**52.031**	**-1,3%**	**51.728**	**-0,7%**	**51.341**	**52.031**	**-1,3%**
Pré-Pago	29.185	30.713	-5,0%	29.509	-1,1%	29.185	30.713	-5,0%
Pós-Pago	22.156	21.318	3,9%	22.219	-0,3%	22.156	21.318	3,9%
Pós-Pago Humano	18.150	17.457	4,0%	18.279	-0,7%	18.150	17.457	4,0%
Base de Usuários 4G ('000)	44.357	39.275	12,9%	43.971	0,9%	44.357	39.275	12,9%
Market share*	**21,1%**	**23,1%**	**-2,0p.p.**	**21,5%**	**-0,4p.p.**	**21,1%**	**23,1%**	**-2,0p.p.**
Pré-Pago*	25,0%	27,0%	-2,0p.p.	25,4%	-0,4p.p.	25,0%	27,0%	-2,0p.p.
Pós-Pago*	17,6%	19,1%	-1,6p.p.	17,9%	-0,3p.p.	17,6%	19,1%	-1,6p.p.
Pós-Pago Humano*	19,0%	20,4%	-1,4p.p.	19,4%	-0,4p.p.	19,0%	20,4%	-1,4p.p.
Adições Líquidas ('000)	**(387)**	**(794)**	**-51,2%**	**296**	**n.a.**	**(92)**	**(2.415)**	**-96,2%**
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	**837**	**1.037**	**-19,3%**	**887**	**-5,7%**	**837**	**1.037**	**-19,3%**
Base de Clientes TIM Live ('000)	**666**	**606**	**10,0%**	**662**	**0,7%**	**666**	**606**	**10,0%**

*Os dados de 2T21 e 6M21 são referentes a posição ao final de maio de 2021.

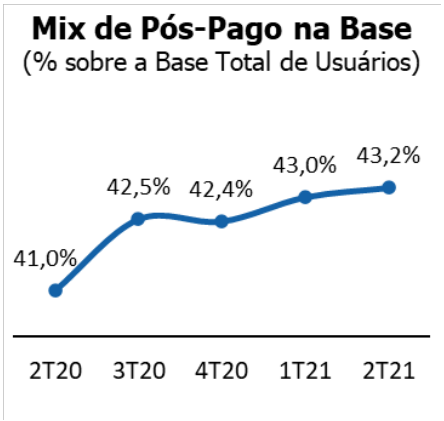
SEGMENTO MÓVEL:

MERCADO GERAL[6]

O mercado móvel registrou um crescimento de 8,2% A/A no 2T21, reforçando o movimento de evolução positiva da base, observado pela primeira vez desde 2015, no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 15,7 milhões de acessos, sendo 66% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 2,8 milhões de novos acessos.

TIM

A TIM encerrou o 2T21 com um total de 51,3 milhões de acessos, registrando leve queda de 1,3% no período.



A base pós-pago totalizou 22,2 milhões de acessos (+3,9% A/A) no 2T21, sendo 81,9% deste total de linhas pós-pago humano. No período, o mix do segmento da base total foi de 43,2%, +2,2 p.p. A/A.

Ao final do trimestre, **o pós-pago humano registrava uma base de 18,2 milhões acessos** (+4,0% A/A), com adições líquidas de 694 mil acessos nos últimos 12 meses. A taxa de desconexão mensal mantém nos patamares mais baixos (3,0% no 2T21), como registrado nos últimos trimestres.

A base de M2M atingiu 4,0 milhões acessos (+3,7% A/A) no trimestre. Nos últimos 12 meses, as adições líquidas acumularam 144 mil acessos.

[6] Os dados de 2T21 são referentes a posição ao final de maio de 2021.

Classificado como Público

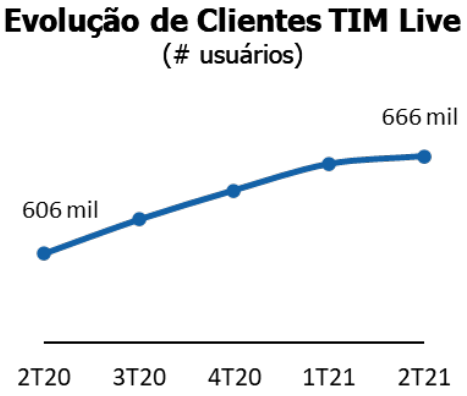
No 2T21, a base pré-paga possuía 29,2 milhões de acessos, uma queda de 5,0% A/A. A base acumulou volume de desconexões inferior aos períodos anteriores, 1,5 milhão nos últimos 12 meses. O segmento ainda sofreu com impacto das medidas de restrição em algumas localidades durante o trimestre.

Deezer GO nos planos pré-pagos
No 2T21, a TIM mais uma vez reforçou seu compromisso de entregar a melhor experiência para seus clientes e passou a disponibilizar o serviço Deezer GO gratuitamente nos planos pré-pagos. Um grande diferencial competitivo para a Companhia que é primeira operadora do mundo a contar com essa versão do produto e a incluir serviços de streaming de música em planos pré-pago.

A base 4G fechou o trimestre com 44,4 milhões de acessos, acelerando novamente o ritmo e retornando ao patamar de dois dígitos de crescimento (+12,9% A/A). O mix de aparelhos 4G na base total de acessos humanos atingiu seu maior nível histórico, 94% (+12,2 p.p. A/A).

SEGMENTO FIXO:

A TIM Live apresentou uma base de 666 mil conexões no 2T21, mantendo a velocidade de crescimento acelerado (+10,0% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram 61 mil acessos, sendo os planos com velocidades acima de 200 mbps os responsáveis pela dinâmica de expansão do período. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 mbps, atingiram 55% de participação na base total. O segmento foi impactado negativamente no trimestre pela pandemia do COVID-19, principalmente em abril até a retomada do auxílio emergencial.



O *rollout* da rede continuou acelerado, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* cresceu 38,3% A/A, com o total de localidades aumentando na comparação com o último trimestre (28 cidades e 7 regiões administrativas do DF).

Classificado como Público

TIM Live lança novos planos com até 600 Mega
No 2T21, a TIM Live passou a contar com duas novas opções de velocidades da TIM Live Ultrafibra, 500 e 600 Mega, ampliando o portfólio de ofertas de internet residencial banda larga em todas as cidades brasileiras atendidas pela TIM Live. As novas ofertas contam ainda com dois serviços de streaming de vídeo disponíveis no país: Netflix e Paramount+. Essas ofertas buscam transformar a experiência do cliente na sua casa e potencializar ainda mais o poder de navegação da TIM Live Ultrafibra.

QUALIDADE E REDE

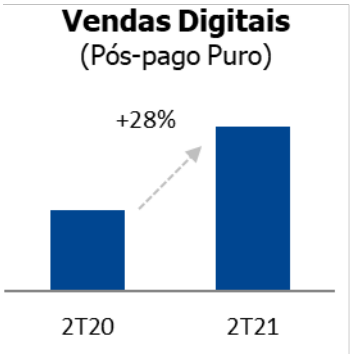
QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

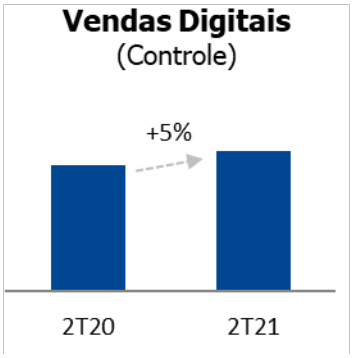
No segundo trimestre de 2021, a TIM mais uma vez reforçou seu compromisso de entregar a melhor experiência para seus clientes com base na sua estratégia de **transformação digital**. Com os impactos da pandemia de COVID-19 sendo revertidos, as diversas ações tomadas pela Companhia para garantir a qualidade e disponibilidade de seus serviços e constante evolução de sua rede têm gerado resultados consistentes.

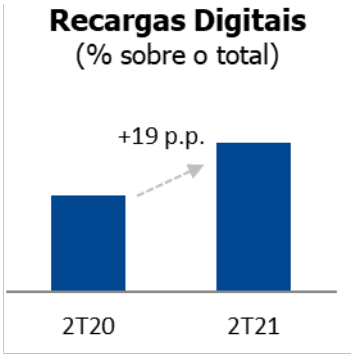
Esses resultados foram possíveis, principalmente, pelas iniciativas adotadas pela Companhia ao longo dos anos que buscaram fortalecer nosso posicionamento e trazer diferenciação, com o objetivo de proporcionar um maior empoderamento e satisfação ao cliente através de uma experiência superior. Essa estratégia corrobora com o propósito da TIM de "**evoluir juntos com coragem, transformando tecnologia em liberdade**".

Por mais um trimestre, os esforços para simplificar o autoatendimento e potencializar nossos canais de venda digital vêm gerando resultados positivos. No 2T21, as vendas através dos canais digitais mostraram resultados consistentes: aquisições no segmento de pós-pago puro tiveram crescimento de 28,2% A/A, enquanto no Controle *consumer* o aumento foi de 4,8% A/A. Adicionalmente, o mix de recargas digitais manteve aceleração (+18,7 p.p em comparação ao 2T20).

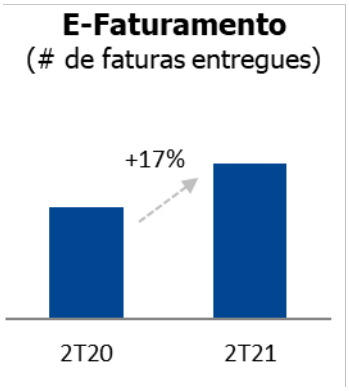
Classificado como Público

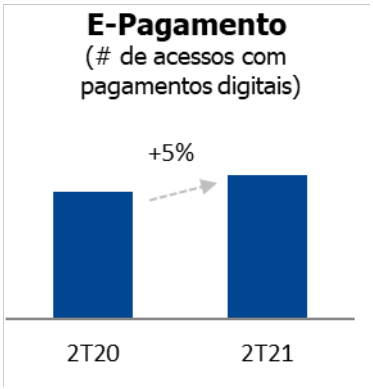






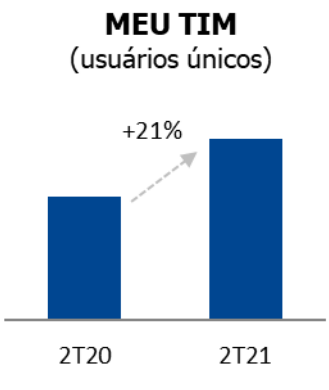
Da mesma forma, os mecanismos digitais de faturamento e pagamento mantiveram ritmo de evolução ao longo do 2T21. As faturas entregues através desses canais cresceram em 16,7% A/A, registrando uma penetração na base de 78,2% (+8,5 p.p. A/A). Enquanto isso, o total de clientes pagando via meios digitais cresceu 4,6% A/A em comparação ao mesmo período no ano anterior, levando a uma penetração de 76,7% (+3,8 p.p. A/A). Outra funcionalidade oferecida para clientes da TIM é a possibilidade de fazerem recargas e/ou consultas de saldo e franquia, além da oportunidade de receberem suas faturas através do WhatsApp.

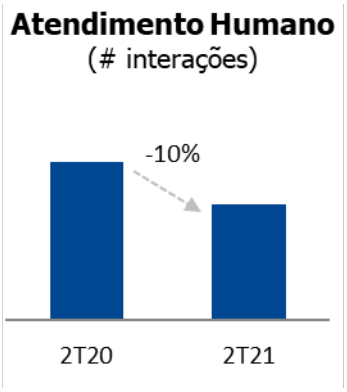




A qualidade nos processos de *caring* de clientes continuam a ser fator de grande importância na mentalidade da Companhia, em sua busca constante por eficiência. Nesse sentido, os mecanismos desenvolvidos para simplificar o autoatendimento seguem demonstrado resultados positivos. No trimestre, o Meu TIM novamente comprova ser uma ferramenta fundamental para essa simplificação dos processos de atendimento – e proporcionando maior transparência e controle a clientes no momento de gerenciarem seus planos. O crescimento de 20,9% A/A na média mensal dos usuários únicos do *app* no 2T21 atesta que a companhia tem obtido sucesso ao estimular e disponibilizar funcionalidades que são de interesse do cliente através dessa plataforma. Além disso, a queda de 9,8% A/A nas interações via atendimento humano também reforçam a importância desse canal, reduzindo a dependência de comunicação por meio de *call centers*.

Classificado como Público





Mais uma iniciativa inovadora explorada pela Companhia tem sido o uso de inteligência artificial na central de relacionamento. O uso dessa tecnologia cognitiva transformou o atendimento automático da TIM numa nova experiência para o cliente, mais personalizada, diversificada e ágil. Através dessa nova abordagem que combina voz em linguagem natural, jornadas conforme contexto do cliente, análise de sentimento e curadoria, as necessidades dos consumidores são detectadas de forma preditiva e automática, gerando soluções e medidas corretivas para o cliente. **Desde a implementação em 2020, mais de 44 milhões de chamadas já passaram pela URA Cognitiva, sendo 10 milhões apenas no segundo trimestre de 2021**. A expectativa é potencializar ainda mais o uso cognitivo através da disponibilização de novos serviços, além do uso 100% cognitivo para clientes Banda Larga e Pós *Concierge*. Com isso, a expectativa é de atingirmos 47 milhões de atendimentos cognitivos até o final do ano.

Classificado como Público

EVOLUÇÃO DA REDE

Por mais um trimestre, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

Com isso, o **Capex alocado em projetos de infraestrutura (Rede + TI) foi de aproximadamente 90% do total**, com a utilização de ferramentas analíticas garantindo a alocação destes recursos de forma eficiente. Entre as iniciativas mais importantes estão:

- Expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH);
- Acordos de compartilhamento de rede;
- *Refarming* de frequência;
- Agregação de portadoras;
- Densificação de sites.

Dentre as principais ações e projetos em andamento, focados na modernização e aprimoramento da nossa infraestrutura, podemos destacar:

- Antecipação de entrega das metas do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) referentes a 2021;
- Instalação de múltiplos data centers buscando melhorar a experiência, sendo 14 DCC (Data Center Core) e 20 DCE (Data Center Edge) – total de 34 ao final do 2T21;
- Expansão da **cobertura 4.5G para 1.493 cidades no 2T21**;
- Expansão do uso do **4G na frequência de 700MHz, presente em 3.608 municípios ao final do ano**;
- Expansão do **VoLTE, disponibilizado para 4.262 cidades**;
- Ampliação do *refarming* **da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 343 cidades**;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Expansão da capacidade de rede através da solução *Massive* **MIMO**;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Ampliação para **224 *sites* instalados no projeto *Sky Coverage*** (solução sustentável e de custo extremamente baixo, com benefícios sociais ao fornecer cobertura em áreas remotas);
- Consolidação da rede **NB-IoT*,* presente em mais de 3.656 municípios ao final do 2T21**, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Classificado como Público

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
Cidades 4G	**4.277**	**3.517**	**21,6%**	**4.121**	**3,8%**	**4.277**	**3.517**	**21,6%**
das quais 700 Mhz habilitadas	3.608	2.640	36,7%	3.468	4,0%	3.608	2.640	36,7%
das quais VoLTE habilitadas	4.262	3.495	21,9%	4.086	4,3%	4.262	3.495	21,9%
População Urbana Coberta (4G)	**96%**	**94%**	**2,0p.p.**	**96%**	**n.a.**	**96%**	**94%**	**2,0p.p.**
das quais 700 Mhz habilitadas	92%	85%	7,0p.p.	92%	n.a.	92%	85%	7,0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	95%	93%	2,0p.p.	95%	n.a.	95%	93%	2,0p.p.
Cidades 3G	3.891	3.287	18,4%	3.821	1,8%	3.891	3.287	18,4%
População Urbana Coberta (3G)	94%	92%	2,0p.p.	93%	n.a.	94%	92%	2,0p.p.

Novamente, a **TIM garante sua liderança em cobertura 4G, atingindo 4.277 cidades ou 96% da população urbana cobertos.** Assim, a Companhia segue em sua missão de proporcionar a melhor cobertura 4G para todos os municípios do Brasil. Adicionalmente, o crescimento de 23% A/A nos elementos de rede desta tecnologia no período reforça o compromisso da Companhia com a evolução da qualidade e capacidade da infraestrutura da rede móvel. Esse crescimento viabilizou que o tráfego de dados no 4G atingisse novamente alto nível neste trimestre, representando 91% do volume total de dados (+4 p.p. no A/A)

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo do trimestre, superando ao final de junho 3,8 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,5 milhões, representando assim um total de 6,6 milhões de *homes passed*. No trimestre, o FTTH também iniciou atividades comerciais na cidade de Taboão da Serra (SP) e na região de Gama no Distrito Federal. Com isso, ao todo, a tecnologia de BL da TIM (FTTH + FTTC)[7] está presente em 30 cidades mais 7 regiões administrativas do DF.

Na infraestrutura de transporte, a TIM atingiu **aproximadamente 111 mil km com a fibra ótica** para backbone e backhaul, um avanço de 6,6% A/A, e no projeto FTTCity chegou a 1.068 cidades. Esta evolução continua a suportar o aumento de tráfego tanto nos serviços do Móvel quanto do Fixo.

Por fim, com um **alcance de 1.739 *Biosites* ativos ao final do 2T21**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

[7] (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Guarulhos (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Taguatinga (DF), Samambaia (DF), Ceilândia (DF), Águas Claras (DF), Guará (DF) e Candangolândia (DF).

Classificado como Público

ENVIRONMENTAL, SOCIAL & GOVERNANCE

DESTAQUES ESG DO 2º TRIMESTRE DE 2021

A TIM estabeleceu um novo e mais ambicioso plano de metas, chamado Plano ESG, para o triênio 2021-23. Partindo das ambições assumidas no último Plano Industrial (2020-2022), a Companhia apresenta novos objetivos relacionados a um portfólio de iniciativas que são parte da sua estratégia, contribuindo para uma interrelação coerente entre os aspectos ESG, a operação do negócio e o *accountability* organizacional.

Somam-se às oito metas já estabelecidas e incrementadas, mais sete novas:

	HABILITADORES	COMPROMISSOS		METAS		
Environmental Queremos ser verdes	→ Aumentando a **eficiência** e aproveitando a redução de custos da **energia verde** → Desenvolvendo ***data centers* em nuvem** para oferecer mais aos nossos clientes com menos impacto das operações → Desmobilizando tecnologias obsoletas por meio de **inovação** e **compartilhamento de infraestrutura** → Promovendo a gestão eficiente e responsável de **resíduos sólidos**	→ Carbono neutro (tCO_2e, escopos 1 e 2)		-100%		2030
		→ Ecoeficiência no tráfego de dados* (bit/Joule)		+80%	↑	2025
		→ Energia renovável	NOVO	≥90%	*	
		→ Emissões indiretas* (tCO_2e, escopo 2)		-70%		
		→ Reciclagem de resíduos sólidos	NOVO	≥95%	*	2023
Social Novos recursos são um fator-chave para manter a liderança	→ Promovendo um **ambiente inclusivo**, com **igualdade** de oportunidades, valorização dos **talentos** e cuidado com a **saúde e integridade** dos colaboradores → Desenvolvendo a **educação digital** para apoiar a demanda por conectividade → Mantendo o **Instituto TIM** como referência em projetos de **educação e ST&I** (Ciência, Tecnologia e Inovação, na sigla em inglês) → Estendendo o acesso à **conectividade** 4G a todos os municípios do Brasil	→ Engajamento (por ano)		≥80%	↑	
		→ Colaboradores negros	NOVO	≥40%	*	
		→ Mulheres na liderança	NOVO	≥35%	*	
		→ Colaboradores treinados na cultura ESG		≥99%	↑	
		→ Colaboradores treinados em capacidades digitais		+5.000	↑	
		→ Presença 4G	NOVO	100%	*	
Governance Mecanismos eficientes para equilibrar de maneira justa os interesses de todos *stakeholders*	→ Mantendo os reconhecimentos de uma empresa com o **mais alto nível de comprometimento** com a transparência e governança corporativa → Disseminando os princípios **ESG aos fornecedores de alto risco** → Adotando as melhores práticas relacionadas à ***compliance*, segurança da informação, proteção** e **privacidade de dados** → Promovendo o **empoderamento do cliente** através da **transformação digital**	→ Reclamações de clientes* (órgão regulador)	NOVO	-50%	*	
		→ ISE, Novo Mercado e Pró-Ética		Manter		
		→ ISO 14001 e ISO 9001	NOVO	Manter	*	
		→ ISO 27001 e ISO 37001		Obter		2022

*Ano base 2019.

ENVIRONMENTAL

- No mês de junho a TIM alcançou a marca de 77,8% de sua matriz energética oriunda de fontes renováveis, com 38 usinas próprias em operação, entre solar, centrais geradoras hidrelétricas (CGHs) e geradores a biogás. O consumo médio de energia renovável no período foi de 75,7%. Até o final de 2021, a expectativa é chegar a 80% de energia renovável.
- Para contribuir com a meta de se tornar carbono neutro até 2030, a TIM criou o projeto *Sky Coverage* que visa priorizar o uso de estruturas simplificadas e energia renovável, como painéis solares, para conectar torres e antenas em áreas remotas do país.
- 1.739 *biosites* estão ativos na rede da TIM. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança.

Classificado como Público

- Desde 2010, a companhia registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*.
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática.
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

SOCIAL

- A TIM ultrapassou a marca de 4 mil municípios com 4G em todo o Brasil, antecipando em oito meses a meta estabelecida para o final de 2021. Até 2023, a Companhia tem o compromisso de atender 100% dos municípios.
- Primeira operadora de telecom a receber o prêmio internacional 2021 *Diversity in Tech Award*, da GSMA, grupo que reúne mais de mil empresas de telecom do mundo todo. A premiação foi um reconhecimento pelas ações internas e externas da TIM na promoção da diversidade e inclusão
- A TIM se tornou signatária do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+. Como parte desse novo compromisso, a Companhia também divulgou a criação de um banco de talentos para pessoas LGBTI+ na empresa e a preparação de um programa de capacitação e contratação de pessoas trans.
- Pelo segundo ano consecutivo a TIM patrocinou a #ParadaSPaoVivo, edição virtual da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Entre as ações realizadas pela Companhia durante o mês de junho para incentivar o diálogo e combater a LGBTfobia, destaca-se a atualização do teclado consciente que já alertava para o uso de termos racistas e passou a incluir também expressões LBGTfóbicas.
- É signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU.
- Aderiu à Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero, iniciativa promovida pelo Instituto Ethos, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert) e o *Institute for Human Rights and Business* (IHRB).

GOVERNANCE

- A TIM divulgou seu Relatório ESG referente ao ano de 2020. O documento – anteriormente chamado de Relatório de Sustentabilidade – foi desenvolvido com foco nas práticas ESG da TIM e alinhado aos seus temas materiais. Seguindo a metodologia Standards, da *Global Reporting Initiative* (GRI), o relatório também reportou os indicadores *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e passou pela auditoria externa da EY.

Classificado como Público

- A TIM comunicou ao mercado a captação de R$ 1,6 bilhão por meio da emissão de debêntures de infraestrutura atreladas a compromissos ESG. A operação – qualificada como *sustainability-linked* debenture (SLD), de acordo com os princípios estabelecidos pela *International Capital Markets Association* – foi considerada a primeira do gênero na área de telecomunicações no país.
- Foi concluído o 1º ano de execução do TAC celebrado pela TIM junto à Anatel. Os investimentos em infraestrutura para conectividade realizados em decorrência do acordo beneficiaram cerca de 12 milhões de pessoas, em 22 estados da federação, incluindo 210 municípios nas regiões norte e nordeste onde não havia tecnologia 4G disponível.
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas litadas na B3.
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União.
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de *Environmental, Social & Governance ("ESG")*, favor acessar: www.tim.com.br/ri/Informe-Trimestral-ESG.

Classificado como Público

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao segundo trimestre de 2021 (2T21), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

Classificado como Público

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Classificado como Público

Anexo 1
TIM S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2T21	2T20	%A/A	1T21	%T/T	6M21	6M20	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	51.341	52.031	-1,3%	51.728	-0,7%	51.341	52.031	-1,3%
Pré-Pago	29.185	30.713	-5,0%	29.509	-1,1%	29.185	30.713	-5,0%
Pós-Pago	22.156	21.318	3,9%	22.219	-0,3%	22.156	21.318	3,9%
Pós-Pago (ex-M2M)	18.150	17.457	4,0%	18.279	-0,7%	18.150	17.457	4,0%
Base de Usuários 4G ('000)	44.357	39.275	12,9%	43.971	0,9%	44.357	39.275	12,9%
Market share*	21,1%	23,1%	-2,0p.p.	21,5%	-0,4p.p.	21,1%	23,1%	-2,0p.p.
Pré-Pago*	25,0%	27,0%	-2,0p.p.	25,4%	-0,4p.p.	25,0%	27,0%	-2,0p.p.
Pós-Pago*	17,6%	19,1%	-1,6p.p.	17,9%	-0,3p.p.	17,6%	19,1%	-1,6p.p.
Pós-Pago (ex-M2M)*	19,0%	20,4%	-1,4p.p.	19,4%	-0,4p.p.	19,0%	20,4%	-1,4p.p.
Adições Brutas ('000)	5.180	5.190	-0,2%	6.664	-22,3%	24.587	24.249	1,4%
Adições Líquidas ('000)	(387)	(794)	-51,2%	296	n.a.	(92)	(2.415)	-96,2%
Pré-Pago	(325)	(440)	-26,2%	(94)	246,5%	(419)	(2.270)	-81,6%
Pós-Pago	(63)	(354)	-82,4%	389	n.a.	327	(145)	n.a.
Pós-Pago (ex-M2M)	(129)	(423)	-69,6%	243	n.a.	114	(364)	n.a.
Churn Mensal (%)	3,6%	3,8%	-0,2p.p.	4,1%	-0,5p.p.	4,4%	3,9%	0,5p.p.
ARPU Móvel (R$)	25,8	23,4	10,3%	25,5	1,2%	24,9	23,7	4,9%
Pré-Pago	12,7	11,4	11,2%	12,6	1,0%	12,6	12,0	4,9%
Pós-Pago	37,8	36,0	5,1%	37,7	0,3%	37,7	38,0	-1,0%
Pós-Pago (ex-M2M)	45,8	43,3	5,6%	45,3	0,9%	45,6	44,1	3,4%
SAC/Adições Brutas (R$)	58	35	63,5%	52	11,3%	46	52	-11,6%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	837	1.037	-19,3%	887	-5,7%	837	1.037	-19,3%
Base de Clientes TIM Live ('000)	666	606	10,0%	662	0,7%	666	606	10,0%
Adições Líquidas TIM Live ('000)	5	22	-77,7%	16	-70,3%	21	40	-46,6%
ARPU TIM Live (R$)	90,8	83,9	8,2%	89,6	1,3%	87,2	80,9	7,8%
Aparelhos Vendidos ('000)	172	88	95,4%	154	11,3%	326	261	24,7%
Colaboradores	9.246	9.608	-3,8%	9.189	0,6%	9.246	9.608	-3,8%

*Os dados de 2T21 e 6M21 são referentes a posição ao final de maio de 2021.

Classificado como Público

1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha 66,65% do capital social da TIM S.A. em 30 de junho e 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

Em maio de 2021, a FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. teve sua denominação alterada para FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A ("FiberCo").

Reorganização Societária

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Classificado como Público

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	01/09/20		01/09/20
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	28.515	Outros passivos	10.708
Outros ativos	166	Total do passivo circulante	11.076
Total do ativo circulante	50.640		
		Não circulante	
Não circulante		Provisão para processos judiciais e administrativos	36.850
Depósitos judiciais	72.346	Outros passivos	29.752
Outros ativos	1.254	Total do passivo não circulante	66.602
		Patrimônio Líquido	
Ágio (1)	308.761	Capital social	1.719
Total do ativo não circulante	382.361	Reservas	353.604
		Total do patrimônio líquido	355.323
Total do ativo	433.001	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	433.001

(1) O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

Classificado como Público

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

Classificado como Público

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A.. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para junho de 2020 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária FiberCo foi constituída apenas em dezembro de 2020. Não existindo assim saldos consolidados em junho de 2020.

Classificado como Público

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de julho de 2021.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2021.

- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios**

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

- **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 48 e CPC 40, fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

- **Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material**

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

- **Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia.

Classificado como Público

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), mas não estão em vigor para o período findo em 30 de junho de 2021.

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

• Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

Classificado como Público

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

• O que significa um direito de postergar a liquidação;
• Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
• Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o l*ockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas, essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em junho de 2021, o país apresentou uma evolução nos níveis de vacinação, de forma que houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações, a Companhia continua a apresentar resultados positivos sendo o principal impacto das medidas de restrição verificado na linha de venda de produtos devido ao fechamento das lojas no primeiro trimestre, efeito esse já normalizado no segundo trimestre do ano de 2021.

Continuamos avaliando as respostas governamentais como o avanço da vacinação e o desempenho econômico e possíveis impactos nos negócios da Companhia.

Classificado como Público

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 25).

Classificado como Público

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 28).

(f) Arrendamento mercantil

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 17), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

(g) Ativos classificados como mantido para venda (e passivos relacionados)

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A.. ("FiberCo"), empresa constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. Sendo assim, a Companhia procedeu a identificação dos ativos e passivos escopo da transação que garantem a venda de 51% da operação de infraestrutura e classificação desses ativos e passivos para o grupo mantido para venda.

O Conselho de Administração considerou que o negócio descrito satisfez os critérios para ser classificado como mantido para venda naquela data pelos seguintes motivos:

Classificado como Público

• A FiberCo, assim como conjunto de ativos e passivos que serão transferidos a mesma como pré-requisito da transação, estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador em seu estado atual;
• As ações requeridas para se completar a venda foram iniciadas e são esperadas que sejam concluídas em um ano a partir da data de classificação;
• Negociações preliminares com um potencial comprador já foram realizadas e o acordo assinado. No momento a Companhia e IHS aguardam apenas aprovação dos órgãos reguladores, e é esperado que essa aprovação ocorra nos próximos meses.

Para mais detalhes sobre a operação, vide nota 16.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado	
	06/2021	**12/2020**	**06/2021**	**12/2020**
Caixa e bancos	75.852	100.008	75.853	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	3.673.312	2.475.282	3.673.312	2.475.282
	3.749.164	2.575.290	3.749.165	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,35% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Classificado como Público

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
FUNCINE [1]	6.996	7.061
Fundo Soberano [2]	3.090	5.220
FIC: [3]		
Títulos Públicos [3]	2.046.501	1.345.797
CDB [4]	27.953	17.370
Letra Financeira [5]	539.711	292.500
Outros [6]	758.249	409.551
	3.382.500	2.077.499
Parcela circulante	(3.375.504)	(2.070.438)
Parcela não circulante	6.996	7.061

(1) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,15% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(2) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 88,77% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(3) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 125,95% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(4) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(5) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(6) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

Classificado como Público

6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços *("unbilled").* As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("*impairment*").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	06/2021	**12/2020**
Contas a receber de clientes	2.918.162	3.180.661
Contas a receber bruta	3.660.408	3.831.921
Serviços faturados	1.967.612	2.039.403
Serviços a faturar ("*unbilled*")	804.193	817.669
Uso de rede	432.504	399.083
Venda de mercadorias	436.730	552.962
Ativo contratual (nota 24)	11.479	14.914
Outras contas a receber	7.890	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(742.246)	(651.260)
Parcela circulante	(2.828.139)	(3.051.834)
Parcela não circulante	90.023	128.827

Classificado como Público

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	06/2021	12/2020
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	284.090	552.817
Baixas de provisão	(193.104)	(675.634)
Saldo final	742.246	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	06/2021	12/2020
Total	3.660.408	3.831.921
A vencer	2.527.947	2.785.469
Vencidos até 30 dias	282.671	248.955
Vencidos até 60 dias	90.888	84.218
Vencidos até 90 dias	97.953	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	660.949	641.644

7. Estoques

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	06/2021	12/2020
Total Estoques	225.723	246.602
Estoques	235.190	257.477
Aparelhos celulares e tablets	158.844	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	55.706	55.558
TIM chips	20.640	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(9.467)	(10.875)

Classificado como Público

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.234.087	1.230.801
ICMS	1.191.238	1.188.018
Outros	42.849	42.783
Parcela circulante	(406.992)	(374.015)
Parcela não circulante	827.095	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

(iii) Em maio de 2021, tivemos o trânsito em julgado favorável de uma ação de repetição de indébito de ICMS em Santa Catarina, no montante de 52 milhões, aumentando a conta de ativo de ICMS Outros LP a recuperar, além de impactar positivamente em receita liquida e financeira.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.046.853	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	233.185	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.741.980	2.253.545
Outros	71.688	62.789
Parcela circulante	(1.244.609)	(1.421.112)
Parcela não circulante	802.244	1.277.127

Classificado como Público

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o final do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R$3.023 milhões, sendo R$1.795 de principal e R$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R$ 1.516 milhões. Já no 1º e 2º trimestres de 2021, foram efetuadas compensações no total de R$ 466 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das Empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

Em junho de 2021, após utilização de parte do estoque de créditos da TIM S.A., no total de R$ 2.044 milhões, encontram-se registrados os montantes de R$ 1.085 milhões, sendo R$ 712 milhões de principal e R$ 374 milhões de atualização monetária.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais)

Classificado como Público

promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	06/2021	12/2020
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	386.683	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	326.662	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	256.449	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	4.269	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	31.156	29.971
Provisão para participação dos empregados	22.395	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	355.650	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (2)	(4.604)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(138.931)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(248.020)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(48.180)	(53.792)
Ajustes norma IFRS16	328.137	303.833
Depreciação acelerada (3)	(391.453)	(266.464)
Outros	17.317	20.982
	897.530	550.646
Parcela imposto ativo diferido	897.530	550.646

(1) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 22.

(2) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012. Em junho de 2021, tivemos a reclassificação de parte deste ágio e impostos diferidos relacionados para o grupo de mantido para venda em função da transação de venda descrita na nota 16.

Classificado como Público

(3) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R$ 391,5 milhões até 30 de junho de 2021 (R$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 30 de junho de 2021.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	
2021	123.894	1.050.983	
2022	233.751	(38.734)	
2023	29.038	(73.542)	
2024 em diante	-	(427.860)	
Total	**386.683**	**510.847**	**897.530**

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de base negativa de contribuição social no montante de R$88.445 ao longo deste ano até 30 de junho de 2021 (R$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

Classificado como Público

11. Despesas antecipadas

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
	421.261	223.394
Fistel (1)	148.983	-
Propagandas não veiculadas	10.576	1.679
Aluguéis e seguros	75.392	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (2)	133.801	125.114
Outros	52.509	27.393
Parcela circulante	(338.783)	(149.796)
Parcela não circulante	82.478	73.598

(1) Em março/21 houve o pagamento de R$73 milhões da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública ("CFRP") e, em abril/21, de R$226 milhões referente à Condecine. Os valores relativos a estas taxas são apropriados mensalmente ao resultado. Para mais detalhes de valores relativos a Fistel - TFF pendentes de pagamento, vide nota 22.

(2) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

12. Depósitos judiciais

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	06/2021	12/2020
	765.374	794.755
Cível	275.369	315.312
Trabalhista	144.913	149.390
Tributário	178.972	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (*)	166.009	148.272

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Classificado como Público

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R$71.136 (R$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 35.232 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 8.923 (R$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).

(c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 19.199 (R$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).

(d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 11.093 (R$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

(e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$7.903 (R$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).

(f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 3.347 (R$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).

(g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 3.534 (R$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).

(h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 59.222 (R$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).

(i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 11.759 (R$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).

(j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R$ 11.534 (R$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

13. Investimento

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. (“FiberCo”), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo é uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetiva a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica (“FiberCo”) com

Classificado como Público

a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atuará no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente.

A TIM S.A. tem 100% (100% em 31 de dezembro de 2020) do controle da FiberCo.

(a) Participação em empresa controlada:

	06/2021	12/2020
	FiberCo	FiberCo
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	(153)	1
Lucro líquido do período	(154)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(154)	-
Valor do investimento	(153)	1

Conforme IAS 28 / CPC 18, o prejuízo que excedeu ao valor investido, foi reclassificado para a rubrica outros passivos, no passivo não circulante e posteriormente classificados como Passivos relacionados a ativos mantidos para venda, no montante de R$153.

14. Imobilizado

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Classificado como Público

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (1)	Transferências	Ativos mantidos para venda (2)	**Saldo em jun/21**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	2.498.764	(1.966.050)	-	(1.607.251)	46.354.630
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	8.022	(1.657.501)	1.672.318	(1.075.179)	24.823.576
Cabos de fibra ótica	878.100	-	-	9.134	(117.917)	769.317
Aparelhos em comodato	2.643.336	390	(3.294)	86.607	-	2.727.039
Infraestrutura	6.436.572	-	(100.931)	127.297	(397.277)	6.065.661
Bens de informática	1.770.386	-	(32.858)	14.768	(2.937)	1.749.359
Bens de uso geral	902.287	-	(31.686)	23.362	(10.652)	883.311
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	591.021	(139.043)	-	-	8.819.873
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	1.899.331	(737)	(1.933.486)	(3.289)	475.700
	-					-
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(1.968.558)	1.816.624	-	548.791	(28.931.612)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.007.806)	1.650.399	-	238.276	(17.249.657)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(35.083)	-	-	26.149	(491.547)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(72.004)	1.195	-	-	(2.469.026)
Infraestrutura	(4.018.854)	(203.136)	100.681	-	277.026	(3.844.283)
Bens de informática	(1.617.970)	(30.095)	32.904	-	2.774	(1.612.387)
Bens de uso geral	(637.903)	(24.088)	31.445	-	4.566	(625.980)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(596.346)	-	-	-	(2.638.732)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	530.206	(149.426)	-	(1.058.460)	17.423.018
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(999.784)	(7.102)	1.672.318	(836.903)	7.573.919
Cabos de fibra ótica	395.487	(35.083)	-	9.134	(91.768)	277.770
Aparelhos em comodato	245.119	(71.614)	(2.099)	86.607	-	258.013
Infraestrutura	2.417.718	(203.136)	(250)	127.297	(120.251)	2.221.378
Bens de informática	152.416	(30.095)	46	14.768	(163)	136.972
Bens de uso geral	264.384	(24.088)	(241)	23.362	(6.086)	257.331
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	(5.325)	(139.043)	-	-	6.181.141
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	1.899.331	(737)	(1.933.486)	(3.289)	475.700

Classificado como Público

(1) O valor de R$139.043 em direitos de uso em arrendamentos é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis. Além disso, as baixas de outros ativos tangíveis incluem ajustes de inventário para bens que estavam totalmente depreciados com impacto líquido de R$2,9 milhões.

(2) Em junho de 2021, em função da transação de venda descrita na nota 16, tivemos a reclassificação dos itens relacionados ao imobilizado para o grupo de ativos mantidos para venda.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas	Transferências	**Saldo em jun/20**
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	1.542.540	(138.425)	-	44.762.866
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	412	(126.353)	1.830.857	24.522.597
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	42.860	856.449
Aparelhos em comodato	2.489.995	452	(3.461)	74.410	2.561.396
Infraestrutura	6.096.847	-	(1.796)	119.099	6.214.150
Bens de informática	1.721.251	1	(6.141)	41.908	1.757.019
Bens de uso geral	859.505	1	(335)	26.415	885.586
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	506.925	-	-	7.440.341
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	1.034.749	(339)	(2.135.549)	484.534
					-
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(1.814.895)	129.447	-	(27.432.035)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(902.776)	120.545	-	(17.171.444)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(36.591)	-	-	(447.158)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(70.677)	745	-	(2.326.795)
Infraestrutura	(3.593.833)	(218.172)	1.682	-	(3.810.323)
Bens de informática	(1.565.309)	(31.270)	6.140	-	(1.590.439)
Bens de uso geral	(590.658)	(23.721)	335	-	(614.044)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(531.688)	-	-	(1.471.832)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	(272.355)	(8.978)	-	17.330.831
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(902.364)	(5.808)	1.830.857	7.351.153
Cabos de fibra ótica	403.022	(36.591)	-	42.860	409.291
Aparelhos em comodato	233.132	(70.225)	(2.716)	74.410	234.601
Infraestrutura	2.503.014	(218.172)	(114)	119.099	2.403.827
Bens de informática	155.942	(31.269)	(1)	41.908	166.580
Bens de uso geral	268.847	(23.720)	-	26.415	271.542
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	(24.763)	-	-	5.968.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	1.034.749	(339)	(2.135.549)	484.534

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Classificado como Público

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	167.034	156.445	101.357	166.185	591.021
Remensuração	(58.934)	(35.042)	(17.883)	(27.184)	(139.043)
Depreciação	(249.971)	(52.585)	(102.458)	(191.332)	(596.346)
Saldos em 30 de junho de 2021	2.878.029	469.080	1.481.925	1.352.107	6.181.141
Vida útil - %	9,00%	9,19%	10,11%	6,46%	

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2020, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

15. Intangível

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Classificado como Público

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos para aquisição da licença 4G e limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida até setembro/19, quando o ativo foi considerado em operação pela Administração, sendo classificado no subgrupo autorizações, e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Transferências	Ativos mantidos para venda (1)	**Saldo em jun/21**
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	408.944	-	(1.247.778)	30.605.216
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	532.486	(169.731)	19.480.270
Autorizações	9.931.248	15.469	9.298	(1.737)	9.954.278
Ágio	1.527.220	-	-	(1.076.154)	451.066
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	8.355	-	186.221
Outros ativos	329.626	-	178	-	329.804
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	393.475	(550.317)	(156)	203.577
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(883.265)	-	156.645	(23.143.595)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(595.753)	-	155.874	(16.818.366)
Autorizações	(5.816.241)	(270.975)	-	771	(6.086.445)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(4.227)	-	-	(72.193)
Outros ativos	(154.281)	(12.310)			(166.591)
Total Intangível Líquido	9.027.075	(474.321)	-	(1.091.133)	7.461.621
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(595.753)	532.486	(13.857)	2.661.904
Autorizações (f)	4.115.007	(255.506)	9.298	(966)	3.867.833
Ágio (d)	1.527.220	-	-	(1.076.154)	451.066
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(4.227)	8.355	-	114.028
Outros ativos	175.345	(12.310)	178	-	163.213
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	393.475	(550.317)	(156)	203.577

Classificado como Público

(1) Em junho de 2021, em função da transação de venda descrita na nota 16, tivemos a reclassificação dos itens relacionados ao intangível (incluindo ágio) para o grupo de ativos mantidos para venda.

	Saldo em dez/19	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	**Saldo em jun/20**
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	541.050	(659)	-	30.402.179
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	(656)	499.952	18.683.678
Autorizações	9.811.794	18.859	-	35.597	9.866.250
Ágio	1.159.649	-	-	-	1.159.649
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	-	-	169.327
Outros ativos	327.361	-	-	552	327.913
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	522.191	(3)	(536.101)	195.362
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	(943.030)	656	-	(21.503.406)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	(659.809)	656	-	(15.752.319)
Autorizações	(5.278.413)	(266.788)	-	-	(5.545.201)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	(3.881)	-	-	(64.085)
Outros ativos	(129.249)	(12.552)	-	-	(141.801)
Total Intangível Líquido	9.300.756	(401.980)	(3)	-	8.898.773
Direito de uso de softwares	3.091.216	(659.809)	-	499.952	2.931.359
Autorizações	4.533.381	(247.929)	-	35.597	4.321.049
Ágio	1.159.649	-	-	-	1.159.649
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	109.123	(3.881)	-	-	105.242
Outros ativos	198.112	(12.552)	-	552	186.112
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	522.191	(3)	(536.101)	195.362

Classificado como Público

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de *softwares*	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R$ 1.159.649.

Em junho de 2021, tivemos a reclassificação de parte deste ágio para o grupo de mantido para venda em função da transação de venda descrita na nota 16.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Classificado como Público

Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R$ 210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R$ 157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2020 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2020

Classificado como Público

eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis e intangíveis e não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não houve necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 17).

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R$ 1.199 milhões foi reduzido em R$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

16. Ativo classificados como mantidos para venda e passivos relacionados a ativos mantidos para a venda

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

Os critérios de classificação de ativos mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo aprovado o acordo junto a IHS em 5 de maio de 2021.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda.

Classificado como Público

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente.

Todas as demais notas às informações trimestrais incluem valores para operações em continuidade.

Conforme mencionado na nota 3.g, em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do closing da operação. A relação entre as sócias será regulada por acordo de acionistas, a ser celebrado no momento de fechamento da transação. Entre a data do acordo firmado entre as partes e o closing da transação, todos ativos e passivos relacionados à transação foram alocados neste grupo.

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do Acordo definem a TIM como cliente âncora, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em 30 de junho de 2021, o grupo de ativos mantidos para venda está apresentado pelo seu valor contábil e compreendem os seguintes ativos e seus passivos relacionados:

	30/06/21
Ativo	
Impostos a recuperar	22.433
Imobilizado	1.058.460
Intangível	1.091.133
Ágio	1.076.154
Outros	14.979
Outros	474
Ativos não circulantes mantidos para venda	2.172.500
Passivo	
Fornecedores	(32.812)
Obrigações trabalhistas	(3.474)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(365.892)
Outros	(153)
Passivos relacionado a ativos mantidos para venda	(402.331)
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo de mantidos para venda	1.770.169

Não há ganhos acumulados ou perdas acumuladas incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, não foram reconhecidas perdas por *impairment* dos ativos mantidos para venda.

Classificado como Público

17. Arrendamento Mercantil ("*Leasing*")

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	06/2021	12/2020
LT Amazonas	170.380	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	68.297	-
	238.677	162.198
Parcela circulante	(28.336)	(5.357)
Parcela não circulante	210.341	156.841

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A.. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2022	26.317	6.379
Julho de 2022 a junho de 2026	106.491	36.256
Julho de 2026 em diante	190.207	127.745
	323.015	170.380

Classificado como Público

Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques".

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2022	26.565	21.957
Julho de 2022 a junho de 2026	51.858	46.326
Julho de 2026 em diante	14	14
	78.437	68.297

Passivo

	06/2021	12/2020
LT Amazonas (i)	306.255	290.385
Venda de Torres (*leaseback*) (ii)	1.281.763	1.256.410
Outros (iv)	119.196	115.027
Sub-total	1.707.214	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamento mercantil - Rede	3.142.366	3.252.463
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	237.584	175.660
Arrendamento mercantil – Imóveis	337.405	259.330
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.611.050	1.606.567
Arrendamento mercantil – Fibra	1.388.630	1.422.993
Sub-total *leasing* IFRS16 / CPC 06 (R2)	6.717.035	6.717.013
Total	8.424.249	8.378.835
Parcela circulante	(1.186.239)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.238.010	7.324.126

O montante de juros pagos no período findo em 30 de junho de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R$ 291.650 (R$ 295.100 no período findo em 30 de junho de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 37.

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos

Classificado como Público

preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2022	56.459	16.352
Julho de 2022 a junho de 2026	202.271	59.291
Julho de 2026 em diante	361.422	230.612
	620.152	306.255

ii) Venda e *leaseback* das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R$ 2.651.247, sendo o montante de R$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) no contrato assinado. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até junho de 2022	195.288	16.718
Julho de 2022 a junho de 2026	842.253	182.669
Julho de 2026 em diante	1.918.288	1.082.376
	2.955.829	1.281.763

Classificado como Público

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até junho de 2022	Julho de 2022 a junho de 2026	Julho de 2026 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.665.195	4.761.373	2.861.283	9.287.851	6.717.035
Arrendamento mercantil - rede	730.887	2.208.917	1.413.523	4.353.327	3.142.366
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	96.623	172.804	1.245	270.672	237.584
Arrendamento mercantil - Imóveis	67.218	209.317	253.335	529.870	337.405
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	321.549	1.058.938	1.193.180	2.573.667	1.611.050
Arrendamento mercantil – Fibra	448.918	1.111.397	-	1.560.315	1.388.630

O valor presente, principal e de juros em 30 de junho de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,62% (9,43% em 2020).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 30 de junho de 2021 é de R$ 15.657 (R$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil em torres de transmissão.

18. Outros valores a compensar

Os saldos em 30 de junho de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 30 de junho de 2021, esse crédito é de R$ 42.498 (R$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

19. Fornecedores

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	06/2021	12/2020
	2.589.997	3.128.732
Moeda nacional	2.448.087	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (a)	2.337.587	2.839.547
Interconexão (b)	79.820	64.066
Roaming (c)	216	212
Co-billing (d)	30.464	28.661
Moeda estrangeira	141.910	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (a)	114.654	148.888
Roaming (c)	27.256	47.358
Parcela Circulante	2.589.997	3.128.732

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

20. Autorizações a pagar

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Classificado como Público

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	06/2021	12/2020
Renovação de autorizações (i)	183.253	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	161.797	146.949
	345.050	335.447
Parcela circulante	(131.053)	(102.507)
Parcela não circulante	213.997	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R$ 183.253 (R$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R$ 61 milhões (R$ 162 milhões em 30 de junho de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de junho de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Data de Expiração						
Termos de Autorização	**450 MHz**	**800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz**	**Frequências adicionais 1800 MHz**	**1900 MHz e 2100 MHz (3G)**	**2500 MHz Banda V1 (4G)**	**2500 MHz (Banda P** (4G)**	**700 MHz (4G)**
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana	Dezembro, 2029

Classificado como Público

						- Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana – julho, 2031	
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 – julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos.
** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

21. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Classificado como Público

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	jun/21	dez/20
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	290.017	344.125
BAML (2)	EUR	0,279% a.a.	Ago/21	530.541	570.844
Scotia (2)	USD	1,734% a 1,4748% a.a.	Ago/21 a Abr/24	942.183	1.030.761
BNP Paribas (2)	USD	1,241% a 7,0907% a.a.	Jan/22 a Jan/24	892.502	399.302
Debêntures (2)	BRL	IPCA + 4,1682% (1)	Jun/28	1.570.978	-
Total				4.226.221	2.345.032
Circulante				(1.445.736)	(1.689.385)
Não circulante				2.780.485	655.647

(1) A redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(2) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuíam cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices financeiros estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6º e 7º ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Classificado como Público

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 30 de junho 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	390.000	-
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R$:				2.252.479	2.252.479	-

Objetivo:

(i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
(ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
(iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
(iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil

Os empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2022	39.209
2023	78.980
2024	1.051.767
2025	21.913
2026	528.779
2027	528.779
2028	531.058
	2.780.485

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2021	1.024.653
2022	460.292
2023	78.980
2024	1.051.767
2025	21.913
2026	528.779
2027	528.779
2028	531.058
	4.226.221

Classificado como Público

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, Bank of America, BNP Paribas e Debêntures considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 30 de junho de 2021 é, respectivamente, R$ 955.338, R$ 530.767, R$ 498.672 e R$ 1.655.598.

22. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.159.001	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	323.596	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (1)	772.425	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	60.278	66.082
Outros	2.702	4.213
Parcela circulante	(1.155.850)	(935.778)
Parcela não circulante	3.151	3.102

(1) A taxa Fistel, no valor aproximado de R$790 milhões, referente ao exercício de 2020, teve o início do seu pagamento postergado, inicialmente, com base na Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, para 31 de agosto de 2020. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R$300 milhões e o valor remanescente, relativo ao Fistel (TFF) permanece em aberto baseado em uma liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

No 2º trimestre de 2021, houve o reconhecimento de R$42,5 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso.

Classificado como Público

23. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	06/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	191.834	508.743
Imposto de renda e contribuição social	71.594	313.145
PIS / COFINS	43.750	154.353
Outros (1)	76.490	41.245
Parcela circulante	(176.897)	(296.299)
Parcela não circulante	14.937	212.444

(1) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

24. Receitas diferidas

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
Receitas diferidas	919.436	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (1)	123.213	189.482
Subvenções governamentais (2)	16.765	24.732
Receitas antecipadas	9.836	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (3)	761.874	788.921
Passivo contratual (4)	7.748	7.626
Parcela circulante	(197.343)	(266.436)
Parcela não circulante	722.093	755.488

Classificado como Público

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de junho de 2021 é de R$ 203 milhões e o montante em aberto em 30 de junho de 2021 é de R$16.765 (R$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 30).

(3) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 17).

(4) Contratos com clientes. O saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:
A tabela abaixo apresenta informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	06/2021	12/2020
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.053.177	2.000.764
Ativo contratual (nota 6)	11.479	14.914
Passivo contratual	(7.748)	(7.626)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2021	7.288
Adições	5.694
Baixas	(9.251)
Saldo em 30 de junho de 2021	3.731

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2021	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.678	206	(153)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

Classificado como Público

25. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	06/2021	12/2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	953.946	886.947
Cível (a)	279.243	245.432
Trabalhistas (b)	208.476	213.026
Tributária (c)	436.813	399.288
Regulatória (d)	29.414	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	jun-21
	886.947	170.832	(178.666)	74.833	953.946
Cível (a)	245.432	98.185	(111.159)	46.785	279.243
Trabalhistas (b)	213.026	46.037	(59.054)	8.467	208.476
Tributária (c)	399.288	26.566	(8.453)	19.412	436.813
Regulatória (d)	29.201	44	-	169	29.414

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

Classificado como Público

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R$153.587 (R$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R$69.772 (R$51.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R$18.208 (R$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R$35.617 (R$33.682 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R$646 (R$610 em 31 de dezembro de 2020).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R$1.413 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.313 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R$ 208.476 atualizado monetariamente (R$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	06/2021	12/2020
Tributos Federais	185.922	182.146
Tributos Estaduais	168.572	135.891
Tributos Municipais	7.493	5.633
Processos TIM S.A (*Purchase price allocation*)	74.826	75.618
	436.813	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

(i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 8.400 (R$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 14.881(R$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).

(ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R$ 38.867 (R$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

(iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R$ 59.395 (R$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) Em junho de 2020, a Companhia constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R$ 5.361 (R$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta oitenta e oito processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R$ 36.832 (R$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R$ 5.181 (R$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R$ 24.340 (R$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), (iv) lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato, cujos valores atualizados equivalem a R$ 7.139 (R$ 11.125 em 31 de dezembro de 2020); (v) subsídios para aparelhos celulares, cujos valores atualizados equivalem a R$ 8.825 (R$ 8.767 em 31 de dezembro de 2020), (vi) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R$ 15.083 (R$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (vii) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R$ 21.556.

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R$74.826 (R$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R$ 29.414 (R$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	06/2021	12/2020
	17.316.330	18.147.562
Cível (e.1)	1.238.674	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	413.300	340.801
Tributária (e.3)	15.546.875	16.586.353
Regulatória (e.4)	117.481	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	06/2021	12/2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	181.159	220.347
ANATEL (e.1.2)	251.123	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	339.824	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	231.869	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	163.236	154.187
Outros (e.1.6)	71.463	149.924
	1.238.674	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contrato e negativação indevida.

Classificado como Público

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS ; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R$ 23.780 (R$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R$ 62.700 atualizado (R$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.347 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R$ 350.600 atualizado (R$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	06/2021	12/2020
	15.546.875	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	2.966.945	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.804.598	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	747.513	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.027.819	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R$ 11.673.746 (R$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1.Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R$ 2.966.945 em 30 de junho de 2021 (R$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R$ 1.438.040 (R$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28/04/2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R$1,4 bilhão.

b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R$ 151.984 (R$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).

c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R$ 68.025 (R$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).

d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em

Classificado como Público

remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R$ 261.740 (R$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).

e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R$ 402.671 (R$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 30 de junho de 2021 é de R$ 8.804.598 (R$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R$ 1.115.359 (R$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).

b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R$ 588.012 (R$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R$ 616.353 (R$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).

d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 30 de junho de 2021, o montante envolvido é de R$ 3.373.009 (R$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).

e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 135.404 (R$ 134.494 em 31 de dezembro de 2020).

f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de 706.931 (R$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).

g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de 458.887 (R$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).

Classificado como Público

h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R$ 120.162 (R$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).

i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R$ 278.881 (R$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de 747.513 em 30 de junho de 2021 (R$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R$ 151.168 (R$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).

b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R$ 389.508 (R$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).

c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R$ 129.293 (R$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R$3.027.819 (R$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. <u>Regulatórias</u>

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de junho de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R$ 117.481 (R$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no período.
Ao longo do segundo trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 1° ano TAC. Com o fechamento do 1° Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos também em junho/2021. A Companhia seguirá na plena implementação

Classificado como Público

dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

26. Patrimônio líquido

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme

Classificado como Público

previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	06/2021	12/2020
	405.056	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo (nota 27)	51.452	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 27).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Classificado como Público

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 30 de junho de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R$ 1.781.560 (R$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2020
Lucro líquido do exercício	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(169.540)
(-) Constituição da reserva legal	(83.707)
Lucro líquido ajustado	1.590.443
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. O total de juros sobre o capital próprio aprovados em 2020 foi de R$ 1.083.000. Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia pagou o valor de R$583 milhões, referente a última tranche de juros sobre capital próprio referente ao ano de 2020. Em 2020, o total pago foi de R$ 1.153.054 (sendo R$ 500 milhões referentes ao exercício de 2020 e R$ 653 milhões referentes ao exercício de 2019).

Classificado como Público

O saldo em 30 de junho de 2021 da rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R$52.007 (R$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração em 9 de junho de 2021 no montante de R$ 350.000 (R$302.135 líquidos).

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Classificado como Público

27. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016", "Plano 2018-2020" e "Plano 2021-2023" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e valor das ações e é reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Classificado como Público

Tabela Programa Opções de Ações (*Stock Options*)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R$ 8,45	21.771	-	-	-	-	21.771
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	**17.532.884**			**316.834**	**-**	**(182.511)**	**-**	**-**	**134.323**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				**R$ 8,16**					

Tabela Programa de Ações (Performance *Shares e Restricted Shares*)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício*			Pagas em Dinheiro*			Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
						Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	2.921.676	mai/24	R$ 12,95	-	2.921.676	-	-	-	-	-	-	-	2.921.676
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	-	589.476
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R$ 11,28	687.895	-	-	-	-	-	-	-	-	687.895
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.183)	(1.094)	(3.454)	-
Total	**5.498.324**			**1.683.543**	**2.921.676**	**(393.617)**	**(94.488)**	**(31.183)**	**(9.101)**	**(2.183)**	**(1.094)**	**(3.454)**	**4.199.047**
Preço médio ponderado do saldo de outorgas			**R$ 12,88**										

As ações correspondentes ao terceiro período de carência da Outorga 2018 se encontram em processo de transferência aos beneficiários, na ocasião de demonstração do 2º Trimestre.

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Classificado como Público

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).

- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.

- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.

- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).

- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).

- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).

- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.

- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.

- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Classificado como Público

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 30 de junho de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R$8.724 (R$ 4.605 em 30 de junho de 2020).

28. Receita operacional líquida

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços também inclui as receitas originadas por contratos de parceria financeira e, conforme determinado em contrato, o valor de receitas reconhecidas que, no primeiro semestre de 2021, em função de clientes TIM que abriram contas junto ao nosso parceiro financeiro C6, foi de aproximadamente R$31 milhões (nota 37). .

Foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC" e "Procedimento Arbitral", respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, "Requeridos"), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Classificado como Público

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e
(ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	06/2021	06/2020
Receita Operacional Líquida	8.746.763	8.202.414
Receita operacional bruta	12.289.742	11.749.970
Receita de serviços	11.810.503	11.415.974
Receita de serviços – Móvel	10.898.617	10.571.398
Receita de serviços – Fixa	911.886	844.576
Venda de mercadorias	479.239	333.996
Deduções da receita bruta	(3.542.979)	(3.547.556)
Impostos incidentes	(2.336.270)	(2.281.836)
Descontos concedidos	(1.201.742)	(1.260.320)
Devoluções e outros	(4.967)	(5.400)

Classificado como Público

29. Custos e despesas operacionais

	Controladora							
	06/2021				06/2020			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(4.188.914)	(2.295.373)	(842.329)	(7.326.616)	(3.828.550)	(2.214.607)	(826.788)	(6.869.945)
Pessoal	(33.809)	(320.278)	(183.824)	(537.911)	(27.546)	(298.614)	(167.588)	(493.748)
Serviços de terceiros	(288.905)	(875.694)	(304.643)	(1.469.242)	(313.427)	(849.348)	(248.312)	(1.411.087)
Interconexão e meios de conexão	(914.949)	-	-	(914.949)	(802.280)	-	-	(802.280)
Depreciação e amortização	(2.420.741)	(127.218)	(303.864)	(2.851.823)	(2.261.609)	(126.182)	(370.182)	(2.757.973)
Impostos, taxas e contribuições	(17.301)	(383.009)	(14.570)	(414.880)	(14.860)	(367.874)	(11.745)	(394.479)
Aluguéis e seguros	(182.908)	(44.462)	(9.926)	(237.296)	(164.926)	(59.234)	(1.460)	(225.620)
Custo das mercadorias	(328.901)	-	-	(328.901)	(240.930)	-	-	(240.930)
Publicidade e propaganda	-	(253.692)	-	(253.692)	-	(159.632)	-	(159.632)
Perdas por créditos de liquidação	-	(284.090)	-	(284.090)	-	(347.455)	-	(347.455)
Outros	(1.400)	(6.930)	(25.502)	(33.832)	(2.972)	(6.268)	(27.501)	(36.741)

	Consolidado			
	06/2021			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(4.188.914)	(2.295.373)	(842.353)	(7.326.640)
Pessoal	(33.809)	(320.278)	(183.824)	(537.911)
Serviços de terceiros	(288.905)	(875.694)	(304.667)	(1.469.266)
Interconexão e meios de conexão	(914.949)	-	-	(914.949)
Depreciação e amortização	(2.420.741)	(127.218)	(303.864)	(2.851.823)
Impostos, taxas e contribuições	(17.301)	(383.009)	(14.570)	(414.880)
Aluguéis e seguros	(182.908)	(44.462)	(9.926)	(237.296)
Custo das mercadorias vendidas	(328.901)	-	-	(328.901)
Publicidade e propaganda	-	(253.692)	-	(253.692)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(284.090)	-	(284.090)
Outros	(1.400)	(6.930)	(25.502)	(33.832)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Classificado como Público

30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	06/2021	06/2020	06/2021
Receitas			
Receita de subvenção, líquida	7.967	9.257	7.967
Multas s/ serviços de telecomunicações	28.263	16.416	28.263
Receita na alienação de ativos	1.050	780	1.050
Outras receitas	35.823	28.796	35.693
	73.103	55.249	72.973
Despesas			
FUST/FUNTTEL (1)	(67.673)	(65.724)	(67.673)
Impostos, taxas e contribuições	(1.149)	(318)	(1.149)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(150.395)	(138.715)	(150.395)
Despesa na alienação de ativos	(6.389)	(9.022)	(6.389)
Outras despesas	(11.699)	(16.332)	(11.699)
	(237.305)	(230.111)	(237.305)
Outras receitas (despesas), líquidas	(164.202)	(174.862)	(164.332)

(1) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

31. Receitas financeiras

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	06/2020
Receitas financeiras	654.895	544.121
Juros sobre aplicações financeiras	71.259	36.649
Juros de clientes	12.230	14.053
Juros swap	31.258	12.837
Juros sobre arrendamento mercantil	11.448	9.986
Atualização monetária	144.654	42.511
Outros derivativos (1)	155.165	-
Variação cambial (2)	183.424	35.027
Swap cambial (3)	45.152	391.837
Outras receitas	305	1.221

(1) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R$155mln referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 28.

Classificado como Público

(2) Em 2021 refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(3) Refere-se principalmente a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

32. Despesas financeiras

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	06/2020
Despesas financeiras	(916.412)	(1.063.340)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.942)	(50.989)
Juros sobre impostos e taxas	(25.995)	(5.250)
Juros swap	(72.591)	(21.878)
Juros sobre arrendamento mercantil	(396.496)	(379.856)
Atualização monetária (1)	(98.021)	(84.147)
Descontos concedidos	(23.934)	(13.186)
Variação cambial (2)	(65.298)	(424.027)
Swap cambial (3)	(166.466)	-
Outras despesas	(38.669)	(84.007)

(1) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R$ 74.833, vide nota 25 (R$ 77.177 em 30 de junho de 2020).

(2) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

(3) Refere-se principalmente a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

33. Despesas com imposto de renda e contribuição social

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	06/2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(103.694)	(26.092)
Contribuição social do período	(9.882)	(10.004)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (1)	87.417	26.092
	(26.159)	(10.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(13.964)	(138.348)
Contribuição social diferida	(5.045)	(49.805)
	(19.009)	(188.153)
	(45.168)	(198.157)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

Classificado como Público

	06/2021	06/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	994.274	638.388
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(338.053)	(217.052)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(6.707)	(11.389)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	119.000	-
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (1)	87.417	28.671
Outros valores (2)	93.175	1.613
	292.885	18.895
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(45.168)	(198.157)
Alíquota efetiva	4,54%	31,04%

(1) Conforme mencionado na nota 26 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

(2) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

34. Lucro por ação

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	06/2021	06/2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	949.106	440.231
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.804	2.420.780
Lucro básico por ação (expresso em R$)	0,39	0,18

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

Classificado como Público

	06/2021	06/2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	949.106	440.231
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.102	2.420.936
Lucro diluído por ação (expresso em R$)	0,39	0,18

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 298 milhares (156 milhares em 30 de junho de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 27.

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	06/2021	12/2020
Telecom Italia Sparkle (1)	1.374	1.630
Gruppo Havas (6)	9.851	-
TI Sparkle (3)	3.413	1.915
TIM Brasil (7)	5.962	6.129
Outros	1.405	1.044
Total	22.005	10.718

	Passivo	
	06/2021	12/2020
Telecom Italia S.p.A. (2)	56.419	75.317
Telecom Italia Sparkle (1)	10.370	10.576
TI Sparkle (3)	4.331	7.333
TIM Brasil (4)	6.164	6.145
Grupo Vivendi (5)	1.175	1.150
Gruppo Havas (6)	55.874	24.068
Outros	9.061	2.797
Total	143.394	127.386

Classificado como Público

	Receita	
	06/2021	06/2020
Telecom Italia S.p.A. (2)	575	830
Telecom Italia Sparkle (1)	160	1.964
TI Sparkle (3)	1.660	2.019
Total	2.395	4.813

	Custo/Despesa	
	06/2021	06/2020
Telecom Italia S.p.A. (2)	42.011	52.254
Telecom Italia Sparkle (1)	13.474	12.743
TI Sparkle (3)	8.658	9.870
Grupo Vivendi (5)	1.175	1.177
Gruppo Havas (6)	111.086	91.125
Outros	12.044	12.315
Total	188.448	179.484

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(4) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(5) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(6) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R$82.457 (R$ 84.975 em 30 de junho de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(7) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 30 de junho de 2021 a Companhia investiu R$ 5.066.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

Classificado como Público

36. Remuneração da Administração

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	06/2021	06/2020
Benefícios de curto prazo	14.042	8.448
Outros benefícios de longo prazo	983	1.432
Remuneração baseada em ações	5.495	2.970
	20.520	12.850

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "*hedge accounting*".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap.*

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o

Classificado como Público

objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de junho de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2021, a Companhia optou por proteger a exposição atrelada a IPCA decorrente da emissão de debêntures, pelo prazo total de 7 anos, sendo esta a única operação de swap que objetiva a proteção de taxas de juros.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o período findo em 30 de junho de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em 30 de junho de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Classificado como Público

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	06/2021		12/2020	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Operações com derivativos	258.724	154.399	340.660	36.166
Outros derivativos (1)	322.858	-	161.429	-
	581.582	154.399	502.089	36.166
Parcela circulante	(202.511)	(82.619)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	379.071	71.780	239.423	28.893

Classificado como Público

(1) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 2,9% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R$12,4 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R$323 milhões e R$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R$310,6 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 28.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de junho de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2022	310.841
2023	(23.954)
2024 em diante	20.404
	307.291

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 21 e 17.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	06/2021		
	Nível 1	**Nível 2**	**TOTAL**
Total do ativo	3.382.500	581.582	3.964.082
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.382.500	581.582	3.964.082
Instrumentos financeiros derivativos	-	258.724	258.724
Outros derivativos	-	322.858	322.858
Títulos e valores mobiliários	3.382.500		3.382.500
Total do passivo	-	154.399	154.399
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	154.399	154.399
Instrumentos financeiros derivativos	-	154.399	154.399

Classificado como Público

	12/2020		
	Nível 1	**Nível 2**	**TOTAL**
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Classificado como Público

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

30 de junho de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	7.713.875	3.964.082	11.677.957
Instrumentos financeiros derivativos	-	258.724	258.724
Outros derivativos		322.858	322.858
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.918.162	-	2.918.162
Títulos e valores mobiliários	-	3.382.500	3.382.500
Caixa e equivalentes de caixa	3.749.164	-	3.749.164
Arrendamento mercantil – leasing	238.677	-	238.677
Depósitos judiciais	765.374	-	765.374
Outros valores a compensar	42.498	-	42.498

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	15.594.609	154.399	15.749.008
Empréstimos e Financiamentos	4.226.221	-	4.226.221
Instrumentos financeiros derivativos		154.399	154.399
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.589.997	-	2.589.997
Arrendamento mercantil - leasing	8.424.249	-	8.424.249
Dividendos e JSCP a pagar	354.142	-	354.142

Classificado como Público

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamento mercantil – leasing	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamento mercantil - leasing	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Classificado como Público

Em 30 de junho de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de junho de 2021

		CONTRAPARTE				% Cobertura	TAXAS MÉDIAS *SWAP*	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	*SWAP*	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	295.636	295.636	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,41% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	530.540	530.572	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	440.549	441.040	100%	2,04% a.a.	108,70% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	384.328	384.729	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	501.634	501.883	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	508.174	509.616	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.602.855	1.602.855	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%

[1] Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

		CONTRAPARTE				% Cobertura	TAXAS MÉDIAS *SWAP*	
Moeda	Tipo de *SWAP*	Dívida	*SWAP*	Total Dívida	Total *Swap* (Ponta Ativa)[1]		Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos *swaps*

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando

Classificado como Público

as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Euro (EUR), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, do EUR, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário Sensibilidade ao CDI

Descrição	06/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP e Debenture)	3.938.007	3.938.007	3.935.698	3.933.521
A) Δ Variação Acumulada Dívida			(2.309)	(4.487)
Valor justo da ponta ativa do *swap (+)*	3.938.007	3.938.007	3.935.698	3.933.521
Valor justo da ponta passiva do *swap (-)*	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.854.103)	(3.873.440)
Resultado *swap*	104.120	104.120	81.595	60.081
B) Δ Variação Acumulado Swap			(22.525)	(44.040)
C) Resultado final (B-A)			(20.216)	(39.553)

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	4,15%	5,19%	6,23%
USD	5,0022	5,0022	5,0022
EUR	5,9276	5,9276	5,9276
Libor	0,1666%	0,1666%	0,1666%
IPCA	8,35%	8,35%	8,35%

Cenário Sensibilidade ao USD

Descrição	06/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP e Debenture)	3.938.007	3.938.007	4.348.887	4.759.767
A) Δ Variação Acumulada Dívida	-	-	410.880	821.759
Valor justo da ponta ativa do *swap (+)*	3.938.007	3.938.007	4.348.887	4.759.767
Valor justo da ponta passiva do *swap (-)*	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)
Resultado *swap*	104.120	104.120	515.000	925.880
B) Δ Variação Acumulado Swap			410.880	821.759
C) Resultado final (B-A)			-	-

Classificado como Público

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	4,15%	4,15%	4,15%
USD	5,0022	6,2528	7,5033
EUR	5,9276	5,9276	5,9276
Libor	0,1666%	0,1666%	0,1666%
IPCA	8,35%	8,35%	8,35%

Cenário Sensibilidade ao EUR

Descrição	06/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP e Debenture)	3.938.007	3.938.007	4.070.699	4.203.391
A) Δ Variação Acumulada Dívida			132.692	265.384
Valor justo da ponta ativa do *swap (+)*	3.938.007	3.938.007	4.070.699	4.203.391
Valor justo da ponta passiva do *swap (-)*	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)
Resultado *swap*	104.120	104.120	236.812	369.504
B) Δ Variação Acumulado Swap			132.692	265.384
C) Resultado final (B-A)			-	-

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	4,15%	4,15%	4,15%
USD	5,0022	5,0022	5,0022
EUR	5,9276	7,4095	8,8914
Libor	0,1666%	0,1666%	0,1666%
IPCA	8,35%	8,35%	8,35%

Classificado como Público

Cenário Sensibilidade a Libor

Descrição	06/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP e Debenture)	3.938.007	3.938.007	3.938.787	3.939.568
A) Δ Variação Acumulada Dívida			780	1.560
Valor justo da ponta ativa do *swap (+)*	3.938.007	3.938.007	3.938.787	3.939.568
Valor justo da ponta passiva do *swap (-)*	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)
Resultado *swap*	104.120	104.120	104.900	105.681
B) Δ Variação Acumulado Swap			780	1.560
C) Resultado final (B-A)			-	-

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	4,15%	4,15%	4,15%
USD	5,0022	5,0022	5,0022
EUR	5,9276	5,9276	5,9276
Libor	0,1666%	0,2083%	0,2499%
IPCA	8,35%	8,35%	8,35%

Cenário Sensibilidade ao IPCA

Descrição	06/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP e Debenture)	3.938.007	3.938.007	3.866.581	3.799.158
A) Δ Variação Acumulada Dívida			(71.426)	(138.849)
Valor justo da ponta ativa do *swap (+)*	3.938.007	3.938.007	3.866.581	3.799.158
Valor justo da ponta passiva do *swap (-)*	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)	(3.833.887)
Resultado *swap*	104.120	104.120	32.694	(34.729)
B) Δ Variação Acumulado Swap			(71.426)	(138.849)
C) Resultado final (B-A)			-	-

Classificado como Público

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	4,15%	4,15%	4,15%
USD	5,0022	5,0022	5,0022
EUR	5,9276	5,9276	5,9276
Libor	0,1666%	0,1666%	0,1666%
IPCA	8,35%	10,44%	12,53%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2021	06/2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	162.647	382.978
Resultado de operações com outros derivativos	155.165	-

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Classificado como Público

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.923)
Ingressos	2.672.000	754.274	(161.429)
Remensuração	-	(152.117)	
Encargos financeiros	(3.100)	405.657	41.333
Variações cambiais, líquidas	(121.312)	-	121.314
Pagamentos	(666.399)	(962.401)	37.521
30 de junho de 2021	4.226.221	8.424.248	(427.184)

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	06/2021	12/2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	7.346	7.346

ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Classificado como Público

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

39. Seguros

Os saldos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R$ 37.546.843
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R$ 29.233
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	06/2021	06/2020	06/2021
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(661.182)	(510.719)	(661.182)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	661.182	510.719	661.182

Classificado como Público

41. Eventos subsequentes

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), uma subsidiária da Cogna Educação S.A ("Cogna"), em conjunto denominadas "Parceiras", concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma Ampli ("Ampli Co"). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

Classificado como Público

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 30 de junho de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 26 de julho de 2021.

WALMIR KESSELI
Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO
Membro do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA
Membro do Conselho Fiscal

Classificado como Público

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo** (*Human Resources & Organization Officer),* **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2021.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Classificado como Público

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Maria Antonietta Russo (***Human Resources & Organization Officer***), Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2021.

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021.

PIETRO LABRIOLA
Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE
Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE
Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL
Business Support Officer

ALBERTO MARIO GRISELLI
Chief Revenue Officer

MARIA ANTONIETTA RUSSO
Human Resources & Organization Officer

JAQUES HORN
Diretor Jurídico

Classificado como Público